



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 385 - DE 10 A 24 DE JANEIRO DE 2010 - R\$ 3,00

A burguesia e seus governos são os culpados pelas dezenas de mortes pelas chuvas



**Salário Mínimo de Lula é de Fome:
Lutar pelo Salário Mínimo Vital,
a ser aprovado nas assembleias
(R\$ 3.500,00 em nossos cálculos)**

**Governo do PT/PMDB
prepara novo ataque
às aposentadorias**

Rondônia: grileiros matam camponeses impunemente

Clima: ameaça global - a falência de Copenhagem

Irã ameaçado: em defesa do direito de se armar!

Sobre as eleições**PT e PSDB em nova disputa**

A encenação de Aécio Neves chegou ao fim. O candidato do PSDB será José Serra. Prevaleceu o poder econômico de São Paulo. Setores do grande capital concentrados no estado mais poderoso da federação estão perfilados atrás da candidatura Serra. Luis Ignácio Lula da Silva só lhes deu alegria. Mas Dilma Rousseff não tem a mesma representação.

O dilema dos peessedebistas está em como enfrentar a ampla aliança que Lula articula para garantir sua sucessão e o poder da máquina estatal. O grande aliado do PSDB continua sendo o DEM – o partido decadente da direita burguesa, neste momento envolvido com o escândalo de corrupção do governador José Roberto Arruda. Dos grandes partidos, não sobrou nenhum para empunhar a bandeira da moralidade e da ética. Mas para a memória da população, o PT aposta que a mais recente denúncia de ladroagem é a que conta. O PSDB também sabe disso. As chagas do passado poderão ser retomadas pelo STF, como no caso do ex-governador e líder no Senado do PSDB, Eduardo Azeredo, identificado como pai do “mensalão”.

A oposição está destituída da bandeira de competência e lisura administrativa. O governo Lula está assentado em 21 trimestres de expansão econômica, no programa Bolsa Família, na recuperação de postos de trabalho, na redução da taxa de desemprego, no Pró-Uni, no Estatuto da Igualdade Racial e numa enorme propaganda de benfeitorias. A crise poderia ter golpeado a governabilidade e a aliança PT/PMDB, mas sua brevidade, apesar de profunda, as fortaleceu, dando a impressão de que nada se passou em comparação com os estragos provocados nas potências.

Está quase certo que o vice de Dilma será Michel Temer. O fato de Lula ter revelado o seu desejo de que o PMDB apresentasse uma lista tríplice

de três nomes desencadeou duras críticas dos chefes peemedebistas. Não é o PMDB que precisa da aliança e sim o PT. Os setores de oposição interna do PMDB à aliança com o PT procuraram mostrar sua força na convenção de São Paulo em que triunfou a tese de Orestes Quércia de se coligar com José Serra. A idéia de candidatura própria que surgiu com o governador do Paraná Roberto Requião foi mais uma manobra para mostrar a Lula que o PMDB constitui o peso decisivo na polarização eleitoral de outubro de 2010.

As pressões do DEM para que Serra anuncie sua candidatura vem sendo desviada em função das negociatas de bastidores. Trata-se, evidentemente, de formalidades, pois no essencial está definida a disputa entre Dilma e Serra. A candidatura de Marina Silva, do PV, não evitará a polarização. A idéia de uma “terceira via” não tem lugar na conjuntura política.

A distribuição do apoio da burguesia entre Dilma e Serra reflete as condições econômicas e sociais em que a possibilidade de sucessão petista não é contestada. O que não significa que uma fração do grande capital não trabalhará para a mudança no poder com a volta do PSDB à presidência da República. Para 2010, a previsão é de que a economia crescerá, embora em taxas menores do que as de 2007/2008, mas se tem como problema as consequências deixadas pela crise nas contas do governo e como dúvida a sustentabilidade do crescimento. Assim, Serra aparece como uma alternativa mais confiável ao grande capital. A disputa será acirrada. Os explorados serão chamados a decidir.

As eleições são o campo privilegiado da classe capitalista. As massas sofrem tremenda pressão para arbitram qual governo dos exploradores deve ser constituído. Tem-se a impressão de que os pobres e os oprimidos, por serem maioria, estão com o poder

de decisão sobre que novo governo o País deve ter. Na realidade, são arrastadas pelo poder econômico que está por trás dos partidos e dos candidatos. O dever do partido do proletariado é o de, em quaisquer circunstâncias eleitorais, atuar em defesa da independência política dos explorados, empunhando o programa da revolução social.

PSTU lança sua candidatura

Sob o argumento de que “Lula está em plena campanha a favor de Dilma Rousseff” e de que a “direita tradicional define-se cada vez mais em torno do governador paulista José Serra”, o PSTU decidiu divulgar a pré-candidatura de José Maria para a Presidência. O objetivo anterior era compor a aliança com o PSOL e reeditar a chapa Heloisa Helena/José Maria. Mas tudo indica que a decisão de Heloisa de disputar um cargo para o Senado é irrevogável. Fica em aberto a possibilidade de compor com outra figura do PSOL, que poderia ser Plínio de Arruda Sampaio. Está aí por que José Maria ainda é pré-candidato.

No jornal Opinião Socialista 396, o PSTU lamenta que o PSOL não tenha respondido ao chamado de “Frente Socialista e Classista para 2010” e que esteja discutindo o apoio a Marina Silva. Mas não perdeu a esperança: “Mesmo assim, a pré-candidatura do PSTU mantém chamado ao PSOL e também ao PCB, convocando esses partidos à responsabilidade diante do conjunto da esquerda e dos trabalhadores. A pré-candidatura Zé Maria, assim, representa o reforço do chamado à frente de esquerda e à unidade dos socialistas nas eleições”.

Não há novidade na formulação social-democrata de frente de esquerda do PSTU, que considera como socialista o PSOL e o PCB. A direção do PSTU deveria explicar em que se baseia para identificar, diferenciar e eleger o PSOL e o PCB como socialistas. Não vamos

exigir da base militante do PSTU essa explicação porque é despolitizada e segue o que lhe é prescrito. Mas o certo seria que toda a militância do PSTU fundamentasse a posição de “unidade dos socialistas” com o social-democrata PSOL e o estalinista PCB.

Como se pode lutar pela independência política dos explorados, falseando a identidade dos aliados eleitorais? Pior ainda, colocando-se pela cabeça de chapa Heloisa Helena, uma carreirista adaptada às instituições do Estado e à democracia burguesa? E o PCB que arrasta uma história de traição à classe operária e de luta contra o trotskismo? Desde quando o PCB se tornou um partido socialista?

No artigo “Mais uma vez, em defesa da frente classista e socialista”, o PSTU aventa a possibilidade de assumir a candidatura de Plínio Arruda, caso a Conferência eleitoral do PSOL o aprove como candidatura própria. É o que indica sua defesa contra a resistência da direção do PSOL em assumir a pré-candidatura de Plínio. Qual é a trajetória de Plínio? Que socialismo defende? Trata-se de uma versão social-democrata – o socialismo-cristão. Se o PSTU pretendesse com seu “socialista” dizer social-democrata, reformista e social-cristão então estaria sendo sincero com seu postulado de frente. Deveria qualificar sua proposta de frente social-democrata.

A política eleitoralista faz prodígio: transforma gato em lebre. O centrismo – assim caracterizamos a política do PSTU – quanto mais se fortalece mais confusão de idéias e de posição divulga. A exposição dos motivos socialistas que embasam a pré-candidatura de José Maria é mais uma comprovação da confusão.

Afirma a redação do Opinião Socialista que o PSTU “busca resgatar o programa socialista para os dias de hoje, relacionando-o com as necessidades concretas dos trabalhadores”. A retórica é pernicioso à clareza programática. Que programa há que se resgatar? Em algum momento e lugar se perdeu o programa socialista que

deve ser resgatado? E por que para os dias de hoje? O programa socialista ficou no passado? Envelheceu e vai ser resgatado?

Mas nem tudo é obscuro. Reconhece-se que “não é possível resolver os problemas mais básicos dos trabalhadores e da maioria da população, como educação e saúde, sem atacar a propriedade privada e romper com o imperialismo”. Correto. Mas como atacar a propriedade privada e romper com o imperialismo? Resposta: “A pré-candidatura de Zé Maria está a serviço do fortalecimento de uma terceira via, dos trabalhadores, contra os dois blocos burgueses.”

O PSTU usa o conceito da democracia burguesa de “terceira via” para questionar a posição do PSOL de apoio a Mariana Silva. “Marina está sendo impulsionada para aparecer como ‘novo’ nesta eleição, a ‘terceira via’. Mas se trata de mais uma pré-candidatura da burguesia.” (...) “Outra intenção é preencher o espaço de oposição de esquerda ocupado nas eleições passadas por Heloisa Helena.” (...) “A situação eleitoral se complicou ainda mais com o lançamento da candidatura de Marina Silva, que conscientemente vai tentar ocupar o espaço da ‘terceira via’ para evitar que ele seja da oposição de esquerda.”

O PSTU faz apologia da candidatura de Heloisa Helena que, na realidade, expressou posições conservadoras e pequeno-burguesas, nas referidas eleições passadas. O seu “programa socialista” está atado ao número de votos. Sem Heloisa e com Marina, o PSTU se ressentido com o impacto de seu estreitamento eleitoral. De que vale afirmar: “É preciso romper com o imperialismo e expropriar as multinacionais e os bancos para assegurar salário, emprego, saúde e educação de qualidade”, se a condição para sua concretização depende de uma “terceira via” nas eleições, como Heloisa Helena encabeçando a “frente de esquerda”?

A hipocrisia socialista do PSTU o transforma em pedinte: “Caso haja

uma mudança na realidade e o PSOL resolva adotar um programa socialista e não fazer aliança com partidos burgueses, o nome de Zé Maria estará à disposição para ser vice.” Imagine se uma corrente marxista exortará os reformistas a “adotar um programa socialista”! Não, o PSTU não atua como marxista nas eleições. Não as utiliza para expor o programa da revolução proletária, rechaçar a via eleitoral e ajudar as massas a superarem as ilusões no governo burguês e em seus partidos.

O programa socialista não comporta salada social-democrata. Fundamenta-se no desenvolvimento do capitalismo e seu esgotamento histórico. Não se condiciona ao atraso político do proletariado e nem às ilusões democráticas. Trata-se de um conjunto de tarefas, fundamentos e princípios que se concretizarão por meio da revolução proletária, cuja estratégia é a ditadura do proletariado. O programa socialista expõe com clareza e sem atenuantes a estratégia, a tática e os meios que levarão o proletariado a conquistar o poder do Estado.

Não se pode supor que uma frente eleitoral assumirá tal programa e o defenderá de fato. Somente o partido organizado sobre o programa da revolução socialista, de transformação da propriedade privada dos meios de produção em coletiva, estará empenhado em defendê-lo no seio dos explorados. Não há terceira via nas eleições. Estas sempre serão a via da conservação do poder capitalista. Usar a situação política criada pelas eleições com propriedade é uma necessidade imposta pelo atraso da classe operária e as ilusões despertadas pelos partidos burgueses. Esse é o ponto de partida e não o êxito eleitoral ou as condições colocadas pela democracia burguesa.

A intervenção revolucionária nas eleições se distingue não só dos partidos da burguesia, mas também da esquerda reformista, social-democrata e centrista. O programa socialista corresponde à revolução e ditadura proletárias.

Ministro da Defesa exige que Lula corte as asas do Ministro da Justiça

O Ministério da Justiça e a secretaria de Direitos Humanos apresentaram no dia 21 de dezembro a redação final do Programa de Direitos Humanos (PNDH-3) em sua terceira versão. No dia 22, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, apresentou ao Presidente da República, Lula, uma carta de demissão. A iniciativa contou com o apoio dos comandantes das três armas, Enzo Peri (Exército), Juniti Saito (Aeronáutica) e Moura Neto (Marinha), que ameaçaram deixar seus cargos.

Os demissionários contestaram o documento alegando não expressar os termos do acordo que preservava a Lei da Anistia de 1979 e que se citassem para efeito de processos não apenas os casos de militares que torturaram e assassinaram, mas também os de militantes de esquerda que pegaram em armas. O ministro Paulo Vannuchi da secretaria dos Direitos Humanos e o ministro Tarso Genro foram acusados de não cumprirem a acordo tácito e provocarem as Forças Armadas ao aventarem a criação de uma Comissão da Verdade e Justiça e pretenderem revogar a Lei da Anistia.

Um general da ativa que omitiu o nome na declaração dada ao O Estado de São Paulo deu o tom da crise: “Se querem por coronel e general no banco dos réus, então também vamos botar a Dilma e o Franklin Martins”. Ou seja, envolver ministros do governo que participaram da luta armada.

Lula rapidamente decidiu em favor da permanência de Nelson Jobim. Selou um acordo: “não se reescreve o texto do programa, mas as propostas a serem enviadas ao Congresso não afrontarão as Forças Armadas e, se for preciso, a base governista será mobilizada para não aprovar textos de caráter revanchista.” (*O Estado*, 30 de dezembro).

Está aí a posição vergonhosa de Lula. Desmontará o texto, tornando-o política e juridicamente inócuo, sem desautorizar imediatamente os ministros Tarso Genro e Paulo Vannuchi. E também a posição vergonhosa dos ministros que contemporizaram com o ultimato dos militares e do ministro da Defesa. Vannuchi considerou o acontecido com naturalidade e com um tom de concórdia.

Eis suas declarações: “Foi assim no caso da comissão enviada ao Araguaia, para a busca dos corpos dos desaparecidos na guerrilha e na redação do Programa Nacional de Direitos Humanos, anunciado dias atrás.” “O Legislativo vai decidir se quer e como quer. Isso pode demorar anos. Da minha parte, vou trabalhar para que a tramitação ocorra de forma mais rápida possível.”

No caso da comissão do Araguaia, Nelson Jobim exigiu que esta fosse conduzida pelos militares. Vannuchi cedeu. A “varredura” não deu em nada. Mais de cinquenta militantes do PCdoB foram assassinados e seus corpos ocultados na mata. Todos sabem a identidade dos responsáveis pela matança e desaparecimento das vítimas do terror do Estado. Mas estão protegidos político, judicial e militarmente.

A Lei da Anistia foi uma imposição do general Figueiredo e um consentimento da oposição burguesa. A noção de que são iguais perante a Lei o torturador e o militante torturado, o assassino que executa o prisioneiro e o militante que mata um militar em combate serve apenas aos opressores. As organizações que recorreram à luta armada estavam diante dos golpistas que derrubaram o governo burguês eleito e da ditadura que se instalou no País. Os militares, policiais e autoridades que reprimiram com a violência do Estado estavam na defesa da ditadura e a militância em armas, pela sua derrubada. A violência reacionária advinha do Estado e não das organizações de esquerda em combate. Todo e qualquer sinal de igualdade entre o terrorismo de Estado e os atos terroristas da esquerda falsifica a história.

Há que se mostrar, identificar e punir os responsáveis pela tortura, assassinato, desaparecimento e destruição de provas (documentos, corpos, testemunhos). Mas a burguesia não poderá ir até as últimas consequências nessa tarefa. Como o demonstram os processos na Argentina, onde a reação deixou cerca de trinta mil mortos, Chile etc. No Brasil, a probabilidade de haver alguma punição é pequena. Os torturadores processados são dois: Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel. Servem apenas

de símbolos, para enfeitar os Direitos Humanos no Brasil.

O governo FHC se limitou ao objetivo de reconhecer os excessos da repressão, a violação da democracia e dos direitos. O de Lula tão-somente dá sequência. Uma ala do lulismo entende que, além de esclarecer os desaparecimentos e indenizar as vítimas da repressão e seus familiares, é preciso abrir processos e levar a julgamento os casos de tortura. Os militares admitem apenas o reconhecimento da responsabilidade do Estado, que a repararia com indenizações. Assim, a burguesia paga pelos horrores dos porões da ditadura, compra a reconciliação e financia o esquecimento. Os interesseiros – outrora militantes ou familiares – recebem uma mesada manchada de sangue.

Apesar dos marxistas rejeitarem o foquismo e a forma do terrorismo individual postos em prática pelas esquerdas no período de luta contra o regime, distinto da violência revolucionária das massas oprimidas, são os que defendem a memória e o heroísmo dos lutadores que tomaram com armas em punho ou que foram assassinados nas masmorras e nas selvas. Denunciamos o pagamento e o recebimento de dinheiro.

Rechaçamos a “busca da verdade e justiça” para “reconciliar os brasileiros”. E não se trata de perseguir vingança. Mas se trata de firmar a posição revolucionária de enfrentar a burguesia, o Estado e seu aparato militar. Um passo nesse sentido está em constituir um Tribunal Popular, representado nos locais de trabalho e de estudo.

Está claro que Lula não quer nenhum tipo de conflito com os militares. O parâmetro de governabilidade foi dado pelo golpe de 1964. As Forças Armadas ganharam mais poder no Estado e mostraram à burguesia que são o esteio de sua ditadura de classe. Mostraram que sua oficialidade contou e conta com a orientação e apoio dos Estados Unidos.

Novas crises virão e muito mais amplas do que a de 1964. O proletariado tem de ser preparado construindo seu partido. Um claro posicionamento sobre os crimes da ditadura militar é necessário.

Sem-terra e o governo Lula

O movimento dos trabalhadores sem-terra, no ano de 2009, não conseguiu impor suas exigências ao governo Lula. Não se assentaram as 90 mil famílias acampadas. As desapropriações para efeito de reforma agrária foram insignificantes. Destacam-se a desapropriação da fazenda Nova Alegria, em Felisburgo e a conquista da área da Syngenta, no Paraná. A reivindicação de aumento no orçamento da Reforma Agrária não foi conquistada, ao contrário, o governo cortou recursos alegando a crise econômica. O movimento obteve apenas um compromisso de Lula de atualização dos índices de produtividade.

Lula favoreceu o agronegócio. Facilitou a penetração do capital estrangeiro na compra de terras. Multinacionais avançaram no campo, a exemplo da compra de 7 usinas pela Bunge. E a produção de Etanol e biodiesel tende a favorecer a concentração fundiária.

O movimento camponês enfrenta ainda a ofensiva dos latifundiários, que têm uma boa bancada de parlamentares no Congresso, e suas organizações, como a UDR e CNA. A criminalização das lutas no campo, que se deu sob o governo Lula, desferiu golpes sobre as lideranças dos movimentos. Contou-se, para isso, com as decisões da Justiça e a propaganda da grande imprensa, que atuou ideologicamente condenando as ocupações. A aprovação da CPMI para incriminar o MST, obrigá-lo a pagar multas e colocá-lo como movimento clandestino não pôde contar com a ação de Lula, haja vista que parte da bancada ruralista é base de apoio de seu governo.

Por outro lado, as direções do movimento camponês estão submetidas às orientações do governo

Lula e trabalharam e trabalham para que o PT esteja no poder do Estado. Essa submissão tem dificultado o movimento, porque a radicalidade necessária para a ocupação não pôde ir às últimas consequências. Não por acaso, depois de uma ação dura para ocupar uma fazenda, com prisões, assassinatos e outras punições, o movimento acaba aceitando as imposições das desocupações. O isolamento das ações e a não unidade com a classe operária, que está adormecida pela política estatizante da burocracia, pesam contra o movimento dos trabalhadores sem-terra e o coloca na linha de fogo da burguesia e de seus organismos no aparelho do Estado. A independência do MST frente ao governo e ao PT é fundamental para arrancar suas reivindicações.

São Paulo teve o maior número de ocupações

Em 2009, São Paulo teve 81 ocupações. Foi o maior número desde 1997. Teve mais do que nove estados do Nordeste que, somados, obtiveram 76. Abaixo de São Paulo, vem Alagoas, com 31. Na época de Fernando Henrique Cardoso, o estado de São Paulo contou com 78.

A região do Pontal do Paranapanema, Iaras e Alta Paulista concentra grande parte das famílias acampadas. E são os locais onde a luta de classe no campo é acirrada em função da enorme quantidade de terras griladas. Estima-se que o Pontal tenha 330 mil hectares de terras griladas. Entre Iaras e Bauru há também muitas terras públicas. Se isso se passa no estado em que o capitalismo mais se desenvolveu, imagine então no restante do país. A burguesia parasitaria, em nome do desenvolvimento econômico, recla-

ma o direito de ser grileira e exige do estado reprimir as ocupações de terra pelos camponeses.

O movimento camponês, nessas regiões, se encontra dividido entre MST e a ala de José Rainha, que foi expulso. Rainha procurou apoio de partidos burgueses locais, do Movimento dos Agricultores Sem-terra (Mast) e dos sindicatos regionais. Tanto o MST quanto Rainha têm como política a ocupação de fazendas griladas, terras devolutas e improdutivas.

Os latifundiários e o agronegócio vêm atacando violentamente as ocupações e criminalizando os ocupantes. Chegaram ao ponto de criar armadilhas para reprimir o movimento e para ter o apoio da população, como foi caso da fazenda Santo Henrique (Crutale) em que forjaram uma cena de sem-terras destruindo a produção.

A dependência do MST ao governo Lula e a política de colaboração de líderes como José Rainha constituem um dos obstáculos para o movimento camponês se aproximar da classe operária e constituir a aliança operária e camponesa. No último período, o MST tem revelado contradições e recuado na capacidade de enfrentamento com os latifundiários e a agroindústria. Mantida a diretriz de dependência ao Estado, as dificuldades dos camponeses aumentarão. A necessidade de se adotar um programa da revolução agrária como parte da revolução proletária é flagrante. No seio do campesinato, há que se constituir uma fração concentrada na tarefa de construir o partido revolucionário, sem o qual a luta camponesa não romperá os limites impostos pelos latifúndios e pela propriedade privada em geral dos meios de produção.

Salário mínimo do governo Lula

No dia 23 de dezembro, Lula por meio de uma Medida Provisória decretou o reajuste do salário mínimo. Reajustou de R\$465,00 para R\$510,00, um aumento de 9,67%. O equivalente a 5,87% de aumento real. Com isso, o valor do salário mínimo durante os dois mandatos de Lula teve um crescimento de 53,46%, retirando a inflação do período. Segundo o Dieese, o novo valor do salário mínimo permite comprar 2,17 cestas básicas e é o maior desde 1986. Em percentual, os 9,67% estão acima dos reajustes salariais. A maioria dos trabalhadores mal recebeu a inflação do período e grande parte do funcionalismo sequer teve o salário reajustado.

O governo para chegar a esse cálculo usou uma regra que indexa o reajuste do salário mínimo ao crescimento do PIB. Se o país não crescer, não há aumento salarial, porque o cálculo é feito a partir do PIB de dois anos anteriores, acrescido da inflação.

O que aparentemente comparece como ganho para os trabalhadores, na verdade não passa de miséria. Os 9,67%

sobre um piso extremamente baixo não significam nada. Se o trabalhador pode comprar duas cestas básicas com os R\$510,00, não consegue viver, pois não dá para pagar aluguel, transporte e outras necessidades essenciais.

Os dados do Dieese indicam que são 46,1 milhões de pessoas com rendimento vinculado ao salário mínimo e 18,5 milhões de aposentados e pensionistas. Portanto, um enorme contingente que passa as piores necessidades para sobreviver. Um reajuste de pouco mais de 9% significa R\$ 45,00 a mais no final do mês. O que equivale à compra de um botijão de gás.

Os burocratas sindicais não se cansam de vangloriar esse feito de Lula. Dizem que quando chegou à presidência o salário era de 200 reais e que o elevou a 510 reais. Os confetes à política de Lula revelam o quanto estão submetido à ordem capitalista e à demagogia do caudilho.

Os milhões de explorados devem exigir do governo um salário mínimo vital, que permita sustentar uma família. Os 45 reais de reajuste são uma esmola

diante dos bilhões que são esbanjados para manter a jogatina e a corrupção que permeiam o Estado. A manutenção do miserável salário mínimo é causa da fome, doenças e outros males do capitalismo.

O modo de produção capitalista alcançou gigantesca potencialidade em todas as esferas da produção. Enquanto potencialidade, o capitalismo tem todas as condições para acabar com a fome, o desemprego e outras chagas. Porém, é um sistema assentado na propriedade privada dos meios de produção, fazendo crescer cada vez mais a contradição entre as forças produtivas e a propriedade monopolista. Trata-se, portanto, de um sistema incapaz de manter seus assalariados com o necessário para a sobrevivência.

A defesa do salário mínimo vital e a luta por conquistá-lo unifica os trabalhadores contra a farsa do governo, combate os burocratas sindicais vendidos e permite transformar a luta econômica em luta política contra o sistema de exploração do trabalho.

Lula golpeia os aposentados

Depois de muita enrolação e submissão da burocracia sindical, Lula impôs por meio de Medida Provisória o reajuste aos aposentados. Sequer concedeu o mesmo reajuste do salário mínimo, que foi de 9,67%. Aos aposentados, que recebem uns trocados a mais do que o salário mínimo, foi oferecido 6,14% a partir de fevereiro. A pelegada, depois de pisoteada pelo governo, teve ainda de dizer que «graças às manifestações, conseguimos o ganho real de 2,5%».

Acordo traidor armado pela CUT e Força Sindical

Sequer o governo cedeu às propostas vergonhosas dos burocratas das maiores centrais sindicais. Em agosto, um acordo de cúpula foi fechado para aprovação do substitutivo no Congresso Nacional. Previa os 2,5% de reajuste acima da inflação e a troca do fator previdenciário por uma maquinação que combinava também tempo de serviço com a soma de idades (fórmula 95/85). Para isso, os

aposentados deixariam de lutar por projetos de lei que contêm benefícios e que há anos estão no Congresso. A Confederação dos Aposentados, a UGT e outras Centrais se manifestaram contra tamanha brutalidade.

Lula acabou impondo a Medida Provisória e “acertou” um novo acordo com a burocracia sindical. Esse acordo prevê: 1) aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei 3.299, do PT-RS, que propõe a extinção do fator previdenciário; 2) reajuste de 6,14%; 3) reajuste pelos mesmos critérios em 2011; 3) abandono dos projetos de lei que beneficiam o aposentado no Congresso, entre eles aqueles que defendem a recuperação das perdas salariais em relação ao reajuste do salário mínimo. Tudo sem prazo e dependendo da vontade dos parlamentares do Congresso.

A que ponto chegou Lula

A Medida Provisória que estabeleceu o reajuste aos aposentados equivale à

inflação medida pelo INPC e metade do crescimento do PIB, de dois anos atrás. Se agora o reajuste foi de 6,14%, não significa que em 2011 haverá reajuste. Os dados indicaram que o PIB de 2009 foi próximo do zero.

A MP de Lula põe fim às negociações sobre a vinculação do reajuste dos aposentados ao índice do salário mínimo para quem recebe acima do miserável salário mínimo. Quer fazer demagogia de que protege os aposentados que ganham o salário mínimo e não pode conceder o mesmo benefício aos que ganham mais. O fato é que milhões de aposentados não recebem mais do que três mínimos. E que uma ultra-minoria de aposentados ganha rios de dinheiro graças às falcatruas da política governamental e os privilégios de casta, como juizes, parlamentares e militares. Nessa corja, Lula não mexe.

A burguesia e o governo aproveitam esse momento para retomar a Reforma da Previdência. Apresentam o rombo

de mais de 40 bilhões de Reais. Dizem que o crescimento de aposentadorias é maior do que as receitas. Falam que os reajustes do salário mínimo causam um transtorno nas contas da Previdência. Tudo isso tem por trás a intenção de dificultar as concessões de aposentadorias. As regras de vincular tempo de serviço com a idade já não bastam nas contas do governo. É preciso ir mais fundo e reduzir ano a ano o número de beneficiários. Está aí mais um ataque aos trabalhadores.

Defender os aposentados

A aposentadoria é uma conquista do movimento operário. A exploração do trabalho mutila as capacidades físicas e mentais dos assalariados. O crescimento do ritmo da produtividade e as jornadas estafantes obrigam milhões de trabalhadores a recorrerem ao direito à aposentadoria. Os governos vêm quebrando esse direito por meio da reformas da Previdência. Nos anos 90, Fernando

Henrique Cardoso anulou o direito à aposentadoria por tempo de serviço e impôs a maquinação de combinar tempo, idade e expectativa de vida. Resultado: menos trabalhadores alcançam as aposentadorias. Nem bem assumiu o poder, Lula deu mais um passo, dificultando as aposentadorias dos servidores públicos. Mas as mudanças não ficarão aí. Tudo caminha para novos ataques ao regime previdenciário.

Os burocratas sindicais vêm aceitando as reformas, haja vista o papel sujo de Vicentinho (metalúrgico e parlamentar do PT) na época da Reforma de FHC e, agora, da CUT, Força Sindical e outras na aceitação dos acordos traidores contra a vida dos aposentados. Não por acaso, a burocracia se integra ao Estado e faz dos organismos dos assalariados instrumentos de conciliação de classe. A estatização dos sindicatos no Brasil, que vem se gestando de longa data, ganhou força quando Lula assumiu o governo. Com esses burocratas,

não é possível defender as conquistas dos explorados.

A independência da classe operária frente ao Estado e aos governos dependerá do combate à burocracia sindical. As reivindicações que unem os trabalhadores devem ser propagandeadas e defendidas em todos os locais e movimentos. O Partido Operário Revolucionário tem como ponto de partida para a defesa dos aposentados:

1. fim de todas as reformas que retiraram as conquistas;
2. sistema único de previdência a todos os trabalhadores. Fim da previdência privada e complementar;
3. que os trabalhadores organizados definam a idade para se aposentar, que em nossos cálculos não pode ultrapassar 20 anos de trabalho;
4. que nenhum aposentado ganhe menos que o salário mínimo vital, que está em torno de R\$3.500,00;
5. extinção de todas as aposentadorias milionárias

Fator Previdenciário: PSDB e governo Lula mantêm rombo na Previdência e o desfalque aos salários

O Fator Previdenciário surgiu no governo de Fernando Henrique Cardoso/PSDB. Foi aprovado em 1999, como parte da Reforma da Previdência iniciada em 1998 de controle dos gastos públicos. Este governo utilizou o argumento de que a Previdência Social tinha um rombo e que era necessário aumentar o tempo de trabalho dos assalariados para manter a arrecadação previdenciária. Na época, FHC empenhado em impedir novas aposentadorias e reduzir os gastos com os benefícios, chegou a qualificar os aposentados de "vagabundos". Como se os míseros benefícios, que em sua maioria pouca diferença têm do salário mínimo, fossem os responsáveis pelo rombo.

A Lei Nº 9.876, que cria o Fator Previdenciário, modificou os critérios de cálculo dos benefícios. Foi um dos maiores ataques aos direitos dos trabalhadores no Brasil. Reduziu de 25 a 40% o valor das aposentadorias; prejudicou principalmente os assalariados que recebem salário mínimo e aqueles que começa-

ram a trabalhar muito jovens. Cortou o número de benefícios, impondo a idade mínima de 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres). Adiou a aposentadoria de quem trabalhou a vida inteira.

Com isso, propunha economizar R\$ 20 bilhões por ano.

Há uma década de reforma previdenciária, milhões de trabalhadores deixaram de se aposentar, o índice de contribuição previdenciária aumentou, os benefícios dos aposentados e pensionistas foram arrojados e a Previdência continua deficitária. Então para que serviu a reforma? Deficitária continua apenas para os trabalhadores, pois os capitalistas/ banqueiros que abocanharam esse setor, fornecendo a previdência complementar aos trabalhadores, lucraram milhões nesses anos.

Lula, para ser eleito, prometeu aos aposentados terminar com o Fator Previdenciário e acabar com as reformas privatistas. Esta promessa feita no primeiro mandato não foi cumprida. Além de não cumprir, o governo insiste em

manter o fator previdenciário. Tanto é verdade que foi contra a proposta do senador petista Paulo Paim, de acabar com o fator previdenciário. Alegou "déficit da Previdência", a mesma ladainha usada por FHC.

Como se vê, o governo Lula mostrou-se submisso aos capitalistas e impotente para atender as reivindicações dos trabalhadores.

Parlamentares petistas propõem punição aos que querem cumprir promessas de campanha

Recentemente o Senador petista Paulo Paim enviou um projeto para derrubar o Fator Previdenciário. Como o projeto é de um senador petista e fazia parte das promessas de campanha, parecia lógico que o presidente Lula e a bancada de senadores e deputados petistas fossem apoiá-lo. Porém, nada disso aconteceu.

O que nos chamou a atenção nesse debate foi a proposta de "advertência" feita pelo deputado petista Devanir Ribeiro ao senador Paulo Paim. Ele usou o

argumento de que Paim quer prejudicar o governo Lula.

Ora, quem quer prejudicar os aposentados é o PT. Este deputado foi eleito na zona leste, uma das regiões mais empobrecidas de SP em cima de elevação do salário mínimo. Agora, além de ignorar as suas promessas do passado, propõe punições aos seus partidários que insistem nelas.

É óbvio que ambas propostas de reajuste são demagógicas e eleitoreiras, pois continuarão matando de fome milhões de trabalhadores. Porém esses hipócritas sabem que para se manterem no poder do Estado, precisam ajudar os capitalistas, apoiando o arrocho e rebaixamento salarial. E para continuar custeando os altos salários da casta parlamentar parasitária precisam aumentar a arrecadação dos serviços públicos, sobretaxando os

trabalhadores da ativa e reduzindo gastos com os trabalhadores inativos.

Veja a que ponto chegou o PT.

Reajuste dos aposentados: uma vergonha

Em dezembro o governo Lula assinou a medida provisória de reajuste das aposentadorias pelo cálculo com base na inflação, acrescida de metade da variação do PIB, correspondente ao de dois anos atrás. Esta medida provisória não reajusta os salários dos aposentados conforme suas reivindicações e necessidades.

Lula, usou o velho argumento de FHC e dos partidos burgueses, de que quebraria a previdência, caso houvesse um reajuste de acordo com o novo aumento do salário mínimo.

O governo Lula, não teve outra al-

ternativa diante dos aposentados a não ser mostrar a sua cara de governo burguês.

Ora, o reajuste do salário mínimo foi irrisório e continuará matando de fome milhões de assalariados no país. Imagine como ficará o salário dos aposentados. Isso num período de crise econômica, com um alto custo de vida, onde o salário do idoso mal dá para comprar os remédios.

Os aposentados, assim como os trabalhadores da ativa se não quiserem ver seus salários minguarem terão que fazer uma luta conjunta contra todos os projetos governamentais, que só têm destruído direitos. É preciso defender o reajuste automático, o salário mínimo vital, como parte da luta para impor uma previdência estatal sob o controle dos operários e dos trabalhadores.

Rondônia

Grileiros matam camponeses

Nos dois últimos anos, tem acontecido verdadeira carnificina dos grileiros latifundiários sobre os camponeses, na região Amazônica e Rondônia. Enganaram-se aqueles que acreditaram que durante o governo Lula cessariam as perseguições, torturas e assassinatos dos camponeses pobres sem terra e que conquistariam os lotes para sustentar suas famílias.

Logo no primeiro mandato, as estatísticas oficiais exibem o extermínio de 28 camponeses no país. Para os latifundiários grileiros e assassinos, foi dada a legalização das terras e nenhuma punição. Para os camponeses pobres, vida sofrida debaixo de lonas, humilhação, perseguição, tortura, prisão e morte. É isso que vem ocorrendo constantemente no estado de Rondônia e que precisa ser denunciado.

Nos últimos dias do ano de 2009, foram assassinados três camponeses: Gilson, Élcio (Sabiá), da Liga dos Camponeses Pobres, LCP e de Gildézio (Neguinho) do acampamento Flor do Amazonas II. Crime de latifundiários grileiros e sua milícia armada. O gover-

no fez campanha de desarmamento da população, mas a burguesia latifundiária e em geral pode se manter armada e matar trabalhadores, que só querem um pequeno pedaço de terra.

Construir os tribunais populares e os comitês de autodefesa

Em 20007, no acampamento Flor do Amazonas, onde o Neguinho foi assassinado, 20 jagunços encapuzados pagos pelos grileiros queimaram os barracos dos camponeses, destruindo seus instrumentos de trabalho, vestimentas, alimentos etc., que só não morrerem porque se refugiaram na floresta durante a noite do crime, sob ameaças de tiros e outras atrocidades de espancamentos. Mas resistiram e após a ocupação da sede do INCRA, em Porto Velho, no espaço de três meses, conquistaram a terra que está em processo de regularização dos lotes para os acampados.

Nos acampamentos da Liga dos Camponeses Pobres, LCP, demais acampamentos e assentamentos recentes a situação é a mesma, as ameaças e perseguições são constantes. Portanto, os

camponeses não podem mais ocupar a terra sem a organização dos seus Comitês de Auto-Defesa.

Os Tribunais Populares precisam se converter nos espaços de defesa dos camponeses pobres sem-terra e dos trabalhadores urbanos e de punição da burguesia assassina. Os tribunais burgueses jamais punirão seus próprios crimes.

Julgamento já por meio dos Tribunais Populares para punir os latifundiários assassinos dos camponeses pobres: Gilson, Élcio (Sabiá) da Liga dos Camponeses Pobres, LCP e de Gildézio (Neguinho) do acampamento Flor do Amazonas II.

Defender os camponeses sem-terra construindo a aliança operária e camponesa. Que o governo atenda imediatamente as reivindicações dos sem-terra. Fim do latifúndio. Terra aos camponeses pobres. Punição aos assassinos dos camponeses. Pôr em pé o partido da revolução proletária, dotado da estratégia de destruição do capitalismo e edificação do socialismo.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Rio Grande do Norte

O PT é capacho do prefeito Peixoto (PR)

Em nível nacional, o PT/Lula, ao chegar ao governo, manteve a política de FHC, aprofundou a reforma da previdência, trabalhista, intensificou a política de assistencialismo, manteve o processo de privatização agora disfarçado de PPPs (parceria público privado) fez alianças com Sarney, Renan Calheiros e atolou o pé na corrupção. Mostrou-se subserviente as oligarquias tradicionais ao defender os interesses dos especuladores nacionais e internacionais.

No RN, quem manda no PT é a governadora Wilma de Farias/PSB. O PT montou uma farsa de ouvir os pré-candidatos a governo do estado do bloco aliado, que foi de Carlos Eduardo (PDT) à Robson Farias(PMN), para depois decidir quem eles apoiariam. Wilma bateu o pé e anunciou Iberê (ex-arena/PDS e hoje PSB) como candidato do bloco. O PT teve que engolir e passou a defender Iberê como o melhor nome para governador. Quanta independência!

Em Ceará-Mirim esse partido aprofundou sua política de subserviência, e é dirigido por um grupo de arrivistas, oportunistas, vendidos, que bem pouco tempo atrás odiavam o Peixoto, mas nunca fizeram uma oposição política ao mesmo. Hoje é fiel escudeiro da administração do Peixoto. Só precisou o prefeito oferecer algumas migalhas para que o PT caísse em seus braços.

A corja do PT, seguindo orientações do prefeito, como todo cão obediente ao seu dono, fundou um sindicato municipal para travar a organização e a luta dos trabalhadores que já se organizavam para fundar um sindicato. Tomar o “controle” do sindicato seria importante pois iria frear a luta contra os ataques do prefeito à guarda municipal, os vigias, ASGs e demais servidores municipais. É necessário expulsar a corja do PT da direção do nosso sindicato. O sindicato tem de ser independente dos governos.

A explicação do PT ao prefeito:

O Fórum contra Opressão Social e Política foi reorganizado com um claro objetivo de organizar a luta e dar unidade aos setores oprimidos contra os ataques implementados pelos governos: federal, estadual e municipal. Exemplo é a tentativa de aprovação na Câmara Municipal da lei que vende todos os recursos de Ceará-Mirim. É um instrumento de luta, e não

eleitoreiro. Como poderia então o PT participar desse Fórum? Participaram da reunião membros do PT que são contrários ao partido ter cargos no governo. No entanto, para explicar ao prefeito que não estava no Fórum de luta, a direção majoritária do partido emitiu uma nota pública com um claro objetivo de explicar para Peixoto de que os que estavam indo não era sob a orientação do partido. Claro gesto de prostração e servilismo ao prefeito delegado Peixoto.

E como tem agido o PSTU no Fórum?

Para responder aos ataques do prefeito Peixoto, o POR reorganizou o Fórum e convocou o PSTU que atualmente dirige o Sinte-Ceará-Mirim e demais setores da sociedade organizada. A reorganização foi chamada frente à inércia do PSTU na condução da luta dos trabalhadores em educação. Para o PSTU, era impossível organizar uma luta uma vez que os “trabalhadores não queriam se mobilizar e que estes não vinham num estalar de dedos”. Foi essa a justificativa que o partido deu para o fracasso na luta da educação e os ataques que foram desfechados pelo prefeito. O POR respondeu mostrando que é verdade que os trabalhadores não se mobilizam sozinhos, mas que não pode-se passar todo tempo justificando que os trabalhadores não querem lutar, quando na verdade o PSTU queria justificar a sua falta de disposição em organizar a luta. Com a reorganização do Fórum, o POR propôs atos nos bairros, panfletagem e outras atividades, que foram encaminhadas pela força de sua militância e outros membros do Fórum. O PSTU vem tendo um postura vergonhosa no Fórum, não apresenta propostas, se nega a fazer avaliação, e com muita resistência vem contribuindo nos encaminhamentos tirados nesse organismo. O PSTU não confiou nos trabalhadores em educação para preparar a luta, não confiou na força da população para barrar os projetos do prefeito, era sua responsabilidade organizar o Fórum e não organizou, é seu dever fazer a defesa da educação e não faz, é seu dever convocar plenárias da Conlutas para fortalecer a luta em Ceará Mirim e não faz. Hoje o PSTU é um partido que utiliza os recursos financeiros e a estrutura do Sinte regional Ceará Mirim para apoiar chapas sindicais dirigidas pelo próprio PSTU, a luta para eles é coisa do futuro.

Rio Grande do Norte

Publicamos abaixo manifesto distribuído pela regional:

Aos operários, camponeses, funcionários públicos, estudantes, aposentados, desempregados, explorados do Brasil e do mundo:

A contradição entre o crescimento das forças produtivas e as relações de produção geraram a crise de superprodução e isso é a expressão do esgotamento histórico do capitalismo putrefato. O aumento do desemprego, o fechamento de fábricas, o arrocho salarial, a des-

truição da saúde e educação, enfim dos serviços públicos joga todos os dias milhões de trabalhadores na miséria e conseqüentemente vai aumentar a violência social (prostituição, narcotráfico, etc), é a barbárie social.

O governo Lula/PT e seus vassalos

como Vilma/PSB e Jaime Calado/PR descarregam o peso da crise nos trabalhadores. Seguindo orientações dos seus amos imperialistas tomam medidas que protegem os lucros dos grandes grupos econômicos, ao mesmo tempo que aprofundam ataques às massas, aumentan-

do ainda mais a miséria. São governos representantes da burguesia nativa que apenas baixam a cabeça diante das medidas ditada pelo imperialismo.

Em São Gonçalo do Amarante e no Estado de Rio grande do Norte não é diferente. O governo de Jaime Calado/PR/PT/PCdoB vem arrebentando com tudo o que é público como saúde, educação, e o próximo alvo será o SAAE, onde o governo pretende privatizar, que significa a venda do lençol freático do município para uma empresa privada que determinará a prestação dos serviços, assim como a Cosern, que foi vendida ao grupo Neoenergia.

Seus ataques não cessaram um só momento contra população de São Gonçalo: aumento de imposto, aumento da tarifa de água, retirada de direitos dos trabalhadores públicos, implementação da previdência privada e a tentativa de impor um novo plano da educação.

Ceará Mirim

Reproduzimos convocatória distribuída pela regional

TODOS A CAMARA MUNICIPAL O MÉTODO AUTORITÁRIO E ANTIDEMOCRÁTICO DO PREFEITO PEIXOTO

A população de Ceará-Mirim acreditou no então candidato Antônio Peixoto diante dos desmandos das administrações anteriores. No entanto, com a vitória do Peixoto, os setores essenciais continuaram sendo destruídos, aprofundando ainda mais a crise. Desde que assumiu a prefeitura em janeiro o atual prefeito Peixoto desfechou uma série de ataques aos servidores públicos ao mesmo tempo em que manteve os privilégios de grupos, os vícios e os desmandos dos governos anteriores. Atacou os trabalhadores do SAAE dividindo seus salários ao mesmo tempo em que transformou este órgão em cabide de emprego para seus cabos eleitorais; os guardas municipais e vigias tiveram seus salários re-

baixados em cerca de R\$ 400,00, sem ao menos serem comunicados antecipadamente; na saúde demitiu trabalhadores e jogou o atendimento no caos.

Na educação o caos é geral. Foi preciso duas greves para que os

trabalhadores em educação recebessem seus salários parcelados de forma perversa, pois tinha e tem dinheiro em caixa; terceirizou os serviços da

educação, os ASGs não recebem insalubridade, professores contratados

recebem apenas R\$ 465,00, isso é regime de semi-escravidão; os alunos são obrigados a comer castanha com suco de manga, é isso que ele chama

de merenda escolar. Tudo isso enquanto o prefeito inchou a máquina da

tidade de horas por todos aptos ao trabalho!

- Nenhum jovem fora da escola!
- Salário mínimo vital de 3.500,00 para todos!
- Independência dos sindicatos e movimentos sociais frente aos governos!
- Ocupação dos latifúndios! Toda terra aos camponeses pobres!
- Abaixo a privatização da previdência de Jaime Calado!
- Abaixo a perseguição de Jaime Calado ao Sindsaúde!
- Frente a corrupção: Tribunais Populares para julgar e punir a burguesia corrupta!

Viva o Partido Mundial da Revolução Socialista!

Viva os Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Viva a Revolução Proletária!

educação. Desde o início do seu governo, trata os servidores como seus verdadeiros inimigos.

Não sendo suficiente o prefeito pretende enterrar de vez os servidores: hoje (22/12), às 15h:00min, sem respeitar os servidores e suas instituições de classe, apresenta um projeto que entrega a folha de pagamento para uma financeira e um plano de cargos da educação onde os trabalhadores em educação serão extremamente prejudicados.

Por isso, o **Fórum Contra a Opressão Social e Política** convoca todos os servidores a se fazerem presentes à Câmara Municipal. Participe!

Ceará-Mirim, 22 de dezembro de 2009.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Por uma F.E. revolucionária: abaixo a burocracia!

A eleição para diretor da Faculdade de Educação (FE) é uma farsa. Primeiro, porque é uma consulta e não uma eleição. No fim vai ser formada uma lista tríplice e o Reitor escolherá quem vai ser o diretor. É uma prerrogativa do Reitor e este pode, pelo regulamento da consulta, indicar inclusive o menos votado. Além disso, a consulta é extremamente antidemocrática: a minoria privilegiada da UERN (maioria docente) tem o voto com peso de 70%, enquanto que a maioria da classe trabalhadora (grande maioria estudantil) possui um peso de 15%. Como se não bastasse, a maioria docente se organiza e escolhe o candidato numa decisão de cúpula, em detrimento da maioria oprimida que só vale 15%. Para eles não importa, pois seus votos não valem nada.

Isto ocorre porque a burguesia ga-

rante salários diferenciados e privilégios a burocracia universitária (administradores da UERN, maioria docente) para defender seus interesses nas universidades. Os docentes, pela sua posição social, são intelectuais da burguesia, são os secretários, assessores e toda sorte de servidores técnicos da ideologia e administração burguesas. Possuem laços com a classe dominante. E por tudo isso, é a categoria mais conservadora nas universidades. Através do poder da burocracia universitária sobre a comunidade da UERN, a burguesia mantém sua ideologia e uma estrutura universitária burguesa. A estrutura atual de poder das universidades existe para possibilitar a imposição da decisão da minoria (burocracia universitária) sobre a maioria (comunidade universitária).

É preciso acabar com o poder da

burguesia sobre a UERN! Para isso é preciso conquistar o voto igualitário (cada pessoa, um voto) e a soberania das assembleias universitárias. A soberania das assembleias universitárias com voto igualitário e mandatos revogáveis garantiria o controle da UERN pelos que estudam e trabalham, o controle da universidade pela maioria estudantil (poder estudantil) garantiria o controle da UERN pelos trabalhadores, rompendo com o poder e ideologia burguesas. A assembleia universitária constitui-se através da luta da comunidade universitária (docentes, funcionários e estudantes) contra a burocracia da UERN e governos (Estado) burgueses. A comunidade constitui uma administração tripartite (docentes, funcionários e estudantes) com maioria estudantil.

Fortaleza

Publicamos abaixo trecho do boletim Servidores em Ação

Luizianne e Cid mantém precarização e terceirização no serviço público

Desde o último concurso para servidores da saúde (médicos, enfermeiros, dentistas, assistentes sociais, etc) realizado em 2006 o governo do estado, Cid Gomes/PSB só convocou uma pequena parcela dos aprovados (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem). O FUASPEC, Fórum de Sindicatos, formado por várias entidades de servidores estaduais incluindo



a traidora e governista CUT, fez alguns poucos e esvaziados atos pedindo a convocação dos concursados, mas apostou de fato todas as fichas na ação judicial e na mesa de negociação permanente (na verdade mesa de enrolação permanente) junto ao Governo. Cid Gomes congelou as convocações dos concursados das outras áreas (a exemplo dos assistentes sociais onde nenhum foi convocado). Hoje a maioria dos Assistentes Sociais, trabalhando em hospitais e outros locais são terceirizados, recebendo em média dois salários mínimos.

A Prefeitura de Fortaleza, realizou também concurso para trabalhadores da saúde do IJF, mas assim como no Estado, convocou apenas uma parte. No concurso para o PSF (Programa Saúde da Família), também vários aguardam ser convocados. O que mostra que Luizianne Lins/PT também defende a manutenção da precarização dos servidores.

Os servidores de um lado enfrentam os baixos salários

(arrojo salarial) de outro enfrentam a precarização das condições de trabalho com terceirização e sem estabilidade. Muitos servidores trabalham há mais de 8 anos como terceirizados e por não terem estabilidade podem ter seu contrato cancelado a qualquer momento. Os concursos há muito não representam saída, pois, quando os governos os realizam as vagas ofertadas são sempre inferiores à carência. Há carência de profissionais na saúde tanto no Estado quanto nos Municípios, mas os governos não convocam os concursados, ao contrário investem na terceirização. Não há interesse em acabar com esta precarização, porque serve como forma de controlar e enfraquecer a luta da categoria. Os governos agem como inimigos dos servidores e as direções sindicais na tem dado resposta nenhuma.

Nós da CORRENTE PROLETÁRIA NOS SERVIDORES defendemos a estabilidade para todos os terceirizados já!, Convocação de todos os concursados e redução da jornada de trabalho dos servidores para que haja emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho). É preciso a unidade dos servidores concursados, dos terceirizados e dos que esperaram ser chamados, bem como dos desempregados para exigir das direções sindicais governistas e imobilistas um plano de lutas imediato.

Londrina-PR

Depois de 232 dias de resistência, termina a ocupação da Casa do Estudante da UEL

A moradia estudantil sempre foi um tema que potencialmente colocava os estudantes da UEL em choque com a burocracia universitária, tal choque foi amortecido inúmeras vezes por diretorias estudantis conciliadoras; pela ação do reformismo ou pela perspectiva assistencialista que calava a boca dos estudantes, tratados como indivíduos que viviam “de favor”, a quem não cabia nem mesmo o direito de reclamar.

Na gestão da reitora Lígia Pupatto (PT), a Casa do Estudante que ficava no centro da cidade em um prédio próprio, mas condenado, foi desativada e transferida para um antigo hotel, alugado. A promessa era construir uma nova moradia no campus, com 140 vagas. O novo prédio foi inaugurado, mas cheio de problemas. Até cálculos do sistema prisional foram utilizados pelos estudantes para demonstrar que não cabiam 6 estudantes por quarto. Assim, a nova moradia ficou com apenas 80 vagas.

Para sufocar a demanda existente, os processos seletivos passaram a ser cada vez mais exigentes e humilhantes. As assistentes sociais mentiam e faziam de tudo para fazer os candidatos desistirem da moradia.

Em 2009, erros, fraudes para vetar militantes e critérios absurdos deixaram de fora da moradia vários estudantes. O objetivo era evitar qualquer reação à transferência para outro prédio que estava se preparando. Diante da política de reduzir as vagas, estudantes organizaram uma resistência no prédio do antigo hotel. Ao longo dos sete meses de ocupação, estes estudantes ajudaram a fortalecer a luta pelo passe livre; contra o fim da paridade, em defesa do voto universal; atos como o “manifesto contra a crise” e várias ações de denúncia às perseguições, autoritarismo e privatizações da reitoria da UEL.

Moradia como direito à educação

O maior mérito da ocupação foi o de levantar a bandeira do direito à moradia, que deve ser garantido pelo Estado a todos os estudantes. Tendo este norte, as bandeiras assistencialistas que anteriormente levavam os movimentos da CEUEL à conciliação perderam espaço. Desde o início, foi ressaltado que não se tratava de solucionar problemas particulares e por isso foram rejeitadas as saídas individuais, como a bolsa moradia. A exigência era que houvesse a construção de uma nova casa do

estudante e enquanto isso a universidade deveria alugar outro prédio com as 60 vagas prometidas.

O movimento enfrentou as ações judiciais, a polícia e as difamações da mídia: tudo orquestrado pela reitoria.

Em 30 de setembro, quando até uma retroescavadeira foi usada para quebrar a resistência, em uma ação gigantesca para cortar a água da CEUEL, cinco estudantes foram agredidos e presos. A ação desproporcional gerou mobilizações de apoio e a administração da UEL abriu negociações, conduzidas pelo vice-reitor. Os estudantes desde o início sabiam que esta abertura era uma armadilha da reitoria e insistiram na ação direta como método principal e dentro das comissões e Conselhos propagaram suas reivindicações.

Movimento estudantil

As dificuldades de ampliação da luta no campus, o desgaste dos sete meses de ocupação e a proximidade das férias levaram os estudantes da CEUEL a aceitar a proposta da reitoria de bolsas moradia até abril, quando ocorrerá um novo processo seletivo. Esta saída refletiu as debilidades do movimento e seu isolamento decorrentes da tardia assimilação da necessidade de politizar a bandeira da moradia estudantil contrapondo-se ao assistencialismo.

O grande mérito da ocupação foi a elevação programática (defesa da moradia como direito e não assistência) e o uso do método da ação direta. O risco de retorno da política assistencialista permanece, por conta das necessidades reais de sobrevivência dos moradores, que abrem espaço para os discursos reformistas de assistência aos carentes. A ocupação também explicitou a política direitista da reitoria, a demagogia do PT e PCdoB e a incapacidade do PSol e PSTU em expressarem um movimento estudantil de luta, pelas reivindicações dos estudantes e trabalhadores.

Diante disso, é urgente superar a crise de direção e forjar na luta uma nova direção para o movimento estudantil, que o coloque sob o programa do proletariado, o único capaz de levar consequentemente à superação da universidade de classe, ou seja, à superação do capitalismo. Afinal, uma nova universidade só pode ser fruto de uma nova sociedade.

Golpe do PSOL com a conivência do PSTU

No final do ano letivo, o PSOL e o PSTU mostraram abertamente sua verdadeira face golpista.

Quando derrotados, em maio, pela chapa apoiada pela Corrente Proletária, calaram-se diante da desavergonhada impugnação promovida pela chapa dois. Foram não só coniventes com a rapinagem, mas o foram da pior maneira possível: pela omissão. Não se posicionaram na assembleia para dizer se estavam a favor ou contra a impugnação.

Depois, mesmo tendo a primeira assembleia convocada pela Comissão Provisória do DCE, após a impugnação, deli-

berado pela realização do Congresso que eles não haviam encaminhado no ano de 2008, se organizaram para, na seguinte assembleia, cancelar o Congresso e marcar eleições no final do ano letivo. Em vista da dificuldade deles montarem chapa, manobram uma última assembleia para cancelar desta vez a eleição que eles próprios haviam defendido, mas, além disso, aproveitaram para destituir a Comissão Provisória (que deveria ficar até a realização da eleição) e montaram uma comissão dirigida por eles.

Ficou dessa forma exposta a orientação golpista destas

correntes. Ficou palpavelmente demonstrado o seu oportunismo, pois, além de lavarem as mãos, aguardaram o momento de maior desmobilização para aplicar seu golpe sorrateiro. Aproveitaram-se da fragilidade do movimento estudantil, que se debilitou com a desagregação da chapa três e tomaram de assalto a entidade.

Estas correntes que foram repudiadas pelo voto dos estudantes (ficaram em último lugar na eleição de maio) voltam a controlar o DCE e certamente não será para desenvolver o

Governo Wagner a serviço dos capitalistas do agronegócio

O agronegócio tem se expandido a passos largos no Estado da Bahia, com o incentivo econômico-financeiro do Governo de Jaques Wagner, do Partido dos Trabalhadores (PT). Quando se candidatou ao cargo, nas eleições de 2006, o petista dizia que administraria a favor dos mais necessitados e levaria a Bahia a uma nova fase de democratização da estrutura estatal e de modernização das relações econômicas na indústria, comércio, serviço e agricultura.

Dizia representar um avanço frente as décadas de administração da oligarquia do falecido Antônio Carlos Magalhães (ex-PFL/DEM), com seus métodos autoritários e de fiel cumpridor dos ditames das oligarquias e dos capitalistas locais. Com este discurso, ganhou o apoio de grande parte da esquerda e trouxe para seu arco de aliança partidos orgânicos da burguesia, descontentes com o carlismo, como o fisiológico PMDB.

O fato é que o governo tem servido como instrumento dócil dos capitalistas da Bahia, em especial do agronegócio. Todas as ações e projetos do governo vêm no sentido de auxiliar os capitalistas com a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento de seus negócios. Com isso, tem aumentado, tal como em nível nacional, a concentração de terras no estado. O índice gegini, que vai de 0 a 1 na escala, é de 0,840 na Bahia, sendo que em outras regiões do estado como na região oeste, este índice varia de 0,851 a 0,982, o que dá uma dimensão do alto índice de concentração das terras.

O agronegócio se caracteriza pela exploração de matérias-primas, agrocombustíveis e produtos agropecuários (soja, eucalipto, milho, cana-de-açúcar, criação de gado etc.), os cha-

movimento nem defender a democracia estudantil. Está aí sua postura de sabotar a luta dos moradores da Casa do Estudante do centro. A democracia estudantil não pode ser defendida por partidos eleitoreiros e reformistas (PSOL e PSTU) que têm como norte a defesa da democracia burguesa (eleições).

O que mostra esta experiência é que sem a inserção de uma corrente que defenda a perspectiva do proletariado, o movimento estudantil fica a mercê dos golpistas, oportunistas e reformistas eleitoreiros.

maçados *commodities*, tendo como objetivo central a exportação, voltados ao atendimento do mercado externo. Utiliza máquinas modernas e trabalhadores assalariados, um verdadeiro proletariado agrícola. É responsável pelo domínio cada vez maior do capital internacional, associado ao capital nacional, inclusive com a compra de terras por estrangeiros. É também responsável pela devastação do meio ambiente, tendo em vista que o objetivo central dos negócios é a obtenção de lucro e a exploração da força de trabalho.

A concentração de terras, a exploração desenfreada de trabalhadores, a compra de terras e a especulação em torno delas com o aumento dos preços, a expulsão de camponeses, índios, quilombolas e pequenos proprietários de terras, enfim, a cobertura política e econômica que o setor recebe do governo são apenas os aspectos mais visíveis da relação entre os capitalistas, seu Estado e seu governo.

Infelizmente, o Movimento dos Sem-Terras (MST) e demais entidades e organizações representativas dos camponeses não têm esboçado uma resistência ao governo de Jaques Wagner. Ao contrário, é claro o retrocesso das lutas, ocupação e manifestações no Estado desde a subida do PT ao poder. A política do governo com os movimentos sociais é mantê-los submissos ao aparelho de estado, com as chamadas mesas de negociação e a concessão a conta gotas de algumas migalhas através do assistencialismo.

Não há como combater a exploração dos trabalhadores agrícolas e a situação de miséria do campesinato sem uma luta aberta contra os capitalistas e seu estado.

Professores-SP

Sem luta, prova para professores temporários se manterá

Mais de 200 mil professores se inscreveram para o “processo seletivo simplificado” da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo. Entre esses, mais de 100 mil já são professores contratados com um, cinco ou vinte de anos de trabalho na rede.

Depois de um ano sem grandes manifestações, sem luta nas escolas, sem greve e com o imobilismo da direção sindical, o

governo voltou à baila, em 2009, com um projeto de lei para garantir a nova forma de contratação dos servidores públicos. Conseguiu a aprovação da Lei 1093, instituindo o processo seletivo. O greve e a luta de 2008 foram por água abaixo. Em vez de organizar a derrubada dos projetos e da lei, o sindicato cantou vitória por uma “suposta” estabilidade de 80 mil professores, os quais

terão garantidos um salário correspondente a 12 aulas (menos de um salário mínimo). O resultado do ano verificou-se, com toda força, no desespero dos professores quando da realização das provas nos dias 13 e 20 de dezembro.

Problemas na realização da prova

Como em 2008, as provas não ocor-

reram tranquilamente. Em muitos locais, houve tumulto. Alguns professores protestaram, enquanto outros, por terem chegado atrasados, brigaram para poder entrar nas escolas.

Na capital, nos bairros de Vila Maria e Vila Mariana, problemas no trânsito levaram a cerca de 500 professores não chegarem a tempo. Em Bauru e Araraquara, cidades do interior de SP, houve troca de provas e a Vunesp, responsável pelo processo, afirmou que realizará novas provas para os “prejudicados”.

O fato é que os problemas de organização foram menores do que em 2008, o que levou os dirigentes da APEOESP afirmarem que será mais difícil anular a prova esse ano. Conforme a assessoria jurídica do sindicato, em 2008, o governo estava menos preparado e não havia ainda a lei que o amparasse, agora, apesar da ação civil pública, apresentada no dia 04 de janeiro de 2010, a derrota judicial é dada como certa.

Burocracia desarmada

Diante da derrota, a burocracia apenas se lamenta pelas demissões e pela situação de subemprego a que estarão novamente submetidos os docentes. Não pode fazer um balanço de 2009, apontando essa derrota como resultado de sua política conciliadora com o governo. Isso porque passou o ano cantando vitórias por alguns “remendos” conquistados nos projetos da Secretaria de Educação e desmobilizando, em cada assembleia, os trabalhadores. Era possível derrubar a “provinha” para os contratados, desde que se retomasse o movimento grevista abortado prematuramente em 2008. No primeiro semestre, havia o projeto de lei; no segundo, a lei já aprovada. Entre um semestre e outro, promessas de “construção” da greve retiraram definitivamente a luta do calendário.

A burocracia composta pelo PT e PCdoB teve como aliado nesse ponto a Oposição Alternativa, dirigida pelo PSTU. A não aprovação da greve e o caminho livre para o governo implementar o processo seletivo é de responsabilidade de toda direção sindical. Aturdidos por essa direção, parcela dos professores supôs que as medidas judiciais seriam suficientes para garantir a atribuição de aulas tradicional. Entretanto, a Justiça sempre atua ao lado do Governo, inclusive, disciplinando-o para aperfeiçoar os seus mecanismos de repressão e precarização do trabalho, através das leis.

A direção burocrática, que estatiza o sindicato, orienta os trabalhadores na lógica do Estado. Em 2008, lutou através da mobilização porque o governo agia “ilegalmente”, retirando direitos. Agora que o governo modifica as leis e torna a retirada de direitos algo perfeitamente legal, essa direção chora piedosamente, enquanto os professores sofrem com o desemprego.

O jogo de cena da burocracia objetiva apenas não se desgastar muito com os setores mais radicalizados e mais proletarizados da categoria. A realidade é que a burocracia não pode e não quer fazer nada. As negociações, ao longo do ano com o governo, mostraram sua disposição de aceitar qualquer migalha para cantar “vitória” junto aos setores mais despolitizados.

A categoria “F” e os 32 pontos

Entre as migalhas recebidas, a burocracia festejou o fato de a nova lei, aprovada em julho, garantir que os professores com aulas atribuídas em 2007 ganhassem uma “estabilidade” por 12 horas de trabalho. Nessa condição, encontram-se cerca de 80 mil contratados; alguns com quase 25 anos de trabalho na rede estadual, chamados pelo governo de categoria “F”. Outras dezenas de milhares que não tiveram aulas em 2007, tornaram-se categoria “L”, sem direito a aula nenhuma. Mas entre uma e outra das categorias dos contratados, um ponto essencial em comum: todos deveriam fazer a prova do processo seletivo para terem aulas atribuídas. Os “F’s” reprovados, tornar-se-iam “auxiliares” da escola, recebendo em torno de 450 reais; os “L’s”, simplesmente demitidos. Qual a vitória? Subemprego para alguns e desemprego para a maioria.

A defesa da Corrente Proletária/POR durante os últimos anos têm sido uma única: Estabilidade para Todos, com um salário discutido e votado em assembleia. A burocracia e parte da Oposição rejeitou as bandeiras de luta, em troca de negociações fajutas com o governo e a Justiça do Trabalho.

Realizadas as provas, os professores contratados, seja “F” ou “L” ou “O” (os ingressantes), sabem o que os espera: salários miseráveis, condições precárias de trabalho e emprego para poucos. Em relação a esse quadro, a burocracia defende-se sob a alegação do “menos pior”, isto é, tem feito o que é “possível”. Afirmou, por exemplo, alguns dias antes das provas que havia alcan-

çado outra “vitória”: transformado os 50% de pontuação obrigatória para ser classificado no processo seletivo em apenas 40%. A farsa ficou nas entrelinhas: ainda era necessário ter 50% de pontuação na prova, quem atingisse os 40% teria que obrigatoriamente completar com uma pontuação dada pelo tempo de serviço. Era necessário ter cinco anos e meios de trabalho na rede para alcançar os 10% restantes, independente se “F” ou “L”. Em outras palavras, o “menos pior” da burocracia é ainda péssimo e significa a demissão de milhares.

2010 será de luta ou novas derrotas virão

Os pelegos negociam com a vida dos trabalhadores sem ter uma política independente, tão amalgamados que estão com a política colaboracionista-parlamentar. Para derrotar as medidas dos governos estaduais, é preciso varrer com essa burocracia. É determinante aí o papel da vanguarda e dos setores mais politizados da categoria.

A burocracia da APEOESP, embora aja às costas dos trabalhadores da educação, conta com o imobilismo dos professores. Amplos setores somente se levantam quando arrastados já pelo turbilhão das manifestações e da greve. Apesar disso, o sindicato conta com uma fração significativa de Oposição, a qual pode expressar as reivindicações mais sentidas da categoria, desde que abandone os traços burocráticos e aparelhistas que também arrasta há anos.

A proposta de greve para o início das aulas em 2010 pode ser um grande instrumento para mobilizar e organizar as primeiras assembleias e manifestações, mas essa proposta só pode ser levada a frente por esses setores de vanguarda e não pela direção burocrática.

Não será a Justiça do Trabalho que garantirá emprego aos professores, somente os métodos de luta e a mobilização em torno das bandeiras corretas é que preservarão direitos e arrancarão conquistas do governo.

Abriremos o ano chamando a construção da greve e mobilização em cada escola. Para isso, levantaremos as bandeiras de ESTABILIDADE A TODOS, INDEPENDENTE DE CONCURSO E DE TEMPO DE SERVIÇO, DEFESA DO SALÁRIO MÍNIMO VITAL, ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO E FIM DE TODA LEGISLAÇÃO QUE PRECARIZA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO.

Zona Leste**Morro do Sabão - deslizamentos e inundações
Jd Romano/Pantanal: enchentes e alagamentos persistentes**

Os moradores da região Zona Leste/Parque São Rafael, Iguatemi, Jd. Romano, Jd Pantanal estão vivendo os seus piores momentos. Além de todos os dias conviverem com a miséria imposta pela burguesia, com o desemprego, os baixos salários, a falta de médicos e remédios, de escolas e creches nos bairros, agora estão vendo suas casas serem alagadas ou arrastadas pela chuva e levar com ela suas vidas e anos de trabalho. Quando não, a inundação tem persistido há mais de 2 semanas, como é o caso do Jd. Pantanal e Jd. Romano.

Para os governos federal, estadual e municipal, esses moradores são considerados um amontoado de gente ignorante que ocupa os morros da mata atlântica, ou as encostas de rios e córregos, ditas “áreas de risco”. O “poder público” que representa o poder das grandes empresas nunca deu importância a vida dos moradores. Os planos de desocupação não saem do papel. Isso porque precisariam de planejamento e investimento econômico, para assentar milhares de famílias. O problema é que os governos não se importam com os moradores, somente com empresários que querem explorar essas regiões, a exemplo da Nitroquímica, da Ecurbs (lixão), do Rodoanel, Petroquímica etc. Essa exploração da terra significa profunda destruição da natureza, que tem trazido prejuízos à vida dos moradores.

Para os governos, o importante é receber dinheiro delas, as ditas “compensações”. Para isso, precisam convencer os moradores da importância das empresas ali, mesmo que elas destruam o local. O concreto é que quando acontecem as catástrofes, morrem vários moradores por conta dos deslizamentos dos morros ou por enchentes, esses hipócritas têm a coragem de culpar os próprios moradores.



Foi isso que aconteceu no mês passado no Morro do Sabão/Cruzeiro, Parque São Rafael quando houve o deslizamento e 420 famílias ficaram desabrigadas e morreram 3 pessoas. Agora, os alagamentos persistem e, com eles, todo tipo de doenças se alastram. Como acontece no Jd. Romano/Pantanal, onde as comportas dos córregos afluentes do Tietê foram fechadas para não alagar a marginal. A defesa civil apareceu para transferir as pessoas para casa de parentes, ou ainda, para destruir os barracos. A grande imprensa também tenta responsabilizar as próprias vítimas pelas tragédias. Isso tudo para ocultar a responsabilidade dos governos e empresas. Ocorre que os representantes dos governos, deputados, vereadores, já tiveram presentes naquelas regiões pedindo votos. Chegaram a prometer não só melhorias na região como também até legalização e posse da moradia, ou seja, da região de risco. Veja a que ponto chega a hipocrisia desses politiquieiros.

Somente a ação coletiva dos morado-

res poderá enfrentar os capitalistas e politiquieiros, e seus governos. A reivindicação de moradia aos trabalhadores pobres em locais de fácil acesso e em condições dignas deve ser arrancada por meio da luta.

Trabalhadores de São Mateus/Sapopemba vivem em constante ameaça de despejo e desapropriação pela Petrobrás e Rodoanel

A Petrobrás tem um plano diretor de dutos, que se baseia na ampliação da refinaria de Capuava. Terá de passar pelo Jardim Santo André e Parque das Flores. A Petrobrás entende que essa região é parte da mata Atlântica e que os trabalhadores que lá vivem são invasores. Por isso, a empresa se acha no direito de tratar como bem entende os moradores, como se ela fosse dona da mata, da terra e das vidas das pessoas.

Todas as empresas e seus governos prometem com essas obras faraônicas desenvolvimento e riqueza. Na região do ABC(Mauá, São Caetano, São Bernardo etc) dizem que “serão investidos mais de R\$ 2 bilhões no projeto, que deverão gerar, de acordo com as previsões da estatal, aproximadamente 28 mil empregos diretos e indiretos durante a execução da obra.

Na avaliação da Petrobrás, o PDD irá aquecer a economia local e aumentar a arrecadação de impostos nas cidades abrangidas. É prevista a implantação de 565 quilômetros de extensão de novos dutos, para a passagem de gasolina, diesel e óleo combustível”.

Essas são as riquezas prometidas pela Petrobrás. Como os operários e operárias e trabalhadores em geral não têm o controle do que é arrecadado, sabemos por antecipação que nenhuma riqueza chegará aos trabalhadores. Ao contrário, haverá prejuízos e desvalorização das moradias. Os moradores estão se organizando e resistindo a cada investida da

Petrobrás. Não abandonarão suas casas, construídas com muito sacrifício.

Rodoanel destrói mata atlântica e provoca mais deslizamentos e alagamentos do córrego

O governo estadual pretende fazer a continuidade do Rodoanel, passando pelo morro do Jd. Sto André até Mauá. A Dersa em poucos dias derrubou todas as árvores e retirou os moradores desde o Jardim Iguatemi até Mauá. Ofereceu migalhas de indenizações às famílias, que sequer repõem suas moradias.

Enquanto isso as concessionárias (Exemplo OAS) estão ganhando muito dinheiro com as obras do Rodoanel e do PAC do governos Federal e Estadual.

Empresas visam arrecadar milhões com essas investidas. Porém os moradores têm oferecido resistência, por conta das consequências que virão com a destruição de parte da natureza e pela desvalorização de suas moradias, correndo o risco de ficarem sem teto.

O mais grave é inundação provocada aos córregos na região, por conta das terras retiradas pela Dersa, que desceram como avalanche durante os temporais. O córrego do Caboré afluente do Aricanduva, transbordou no mês passado. Causou o maior alagamento nunca visto, destruindo parte da favela São João, Jd Iguatemi. Provocou inúmeros protestos e confronto com PM. Para quem serve o desenvolvimento prometido pelos governos? Aos moradores que sobreviverem talvez verão alguma evolução. O problema é que com isso tem aumentado os sem teto nos bairros. Antes disso eles tem mostrado o caminho da resistência, para poder sobreviver.

Morro do Cruzeiro: Lixão e doenças para os moradores

A Prefeitura desde 1992, (do PT) liberou uma parte do Morro do Cruzeiro (3ª Divisão) para as empresas de lixo, construíram o Aterro São João. Em 2004, formou-se as Ecourbis, uma concessionária que tem ganhado muito dinheiro com o lixo. Agora quer ampliar o aterro, por isso tem comprado os terrenos próximos para fazer de desova do lixo (eles chamam local de transbordo).

Os vários prefeitos que dirigiram São Paulo desde 1992, desde PT até DEM, tem aceitado das empresas algumas “

compensações” em troca da exploração da área. Com isso ajudam a iludir os moradores com a idéia de que virão algumas benfeitorias. Começou com a proposta do recapeamento na avenida Sapopemba ou na Raguebi Chofhi. Evidentemente que recapearam apenas um trecho da avenida, aquele que serve para o acesso dos caminhões de lixo. O restante da avenida continua esburacado até hoje. Agora, chamou os moradores para oferecer o que eles “decidirem”. Nada mais falso. Há anos atrás prometeram e até hoje nada foi cumprido. A prefeitura até hoje não repassou para os moradores nenhum dinheiro, tampouco as melhorias propostas.

Tem surgido todo tipo de movimento nessa região. Os ambientalistas, fazem a campanha “mais vida menos lixo”. Porém a campanha não ataca os empresários do lixo. Quer apenas construir um “parque” e um “mirante” no local, que segundo eles é o segundo mais alto de SP.

As associações de moradores, ligadas aos partidos governamentais, estão dispostas a aceitar as tais compensações. Desejam construir um hospital na região.

O concreto, é que a luta contra o Lixão, e contra as compensações tem de se estender para os trabalhadores dos bairros vizinhos. O odor e as doenças precisam ser combatidas. O movimento tem de se organizar e ganhar unidade.

Capitalismo não permite que exista moradia para todos os trabalhadores PAC do governo Lula maqueia os dados

A situação da moradia dos trabalhadores nunca foi fácil. Aqueles que sustentam o capitalismo com seu trabalho são obrigados pelos baixos salários e desemprego a morarem em condições que chegam a ser desumanas. Mas, para os capitalistas o “humanismo” não existe. O que vale é o lucro, obtido com a produção, comercialização e especulação do setor imobiliário.

No ano de 2000, pelos dados oficiais, 52% da população paulistana vivia em favelas, cortiços e moradias improvisadas. Este dados não diminuíram até agora. No entanto, os institutos oficiais mudaram a base dos cálculos para mostrar que existe uma diminuição no

déficit habitacional do país. Tentam esconder o fiasco dos planos governamentais para moradia, a exemplo do PAC do governo Lula. Mas as evidências de que os trabalhadores estão jogados a sua própria sorte e de que o governo de Lula é incapaz de construir casas para todos é impossível de esconder.

Segundo o Sinduscon-SP, no período entre 2007 e 2008, o número de domicílios improvisados, moradias rústicas e de cortiços, teve um aumento de 1,6%. Segundo Ana Maria Castelo da FGV, o número de favelas não tem caído. O número aumentou em 110 mil unidades desde 2005. Esta consultora aponta ainda que o déficit habitacional tem a sua maior concentração naqueles que ganham até três salários mínimos.

Eis o motivo pelo qual os trabalhadores não conseguem comprar uma casa que preste para morar e abrigar seus filhos.

Muitos acreditam que é por falta de políticas públicas que não há moradia para todos e que a situação poderia ser resolvida se os governos olhassem com “humanidade” para os trabalhadores.

Mas a burguesia e seus governos sejam eles do PT, PSDB etc, não tem como resolver o problema nessa sociedade de classes antagônicas. Para haver concentração dos capitalistas é preciso haver expropriação da maioria oprimida. O regime por si só é anárquico, a economia não é planejada, não é organizada de acordo com a necessidade da população. Ao contrário, tudo que é feito é pelos capitalistas é para atender o seu objetivo de acumular riqueza em suas mãos. Portanto, a moradia não é para morar. Deixa de ter o valor de uso, e passa a ser uma mercadoria como qualquer outra. E na fase imperialista, passa a ser objeto de especulação na bolsa de valores.

Num quadro de crise econômica profunda, agrava-se o problema da moradia. Os capitalistas precisam arrancar mais dos assalariados, para manter em pé seu sistema de exploração. E o resultado só pode ser o fiasco para qualquer plano de assentamento de algumas famílias.

A conquista da moradia para todos é uma reivindicação histórica dos trabalhadores. O acesso a moradia é parte da luta dos oprimidos em aliança com a classe operária para por fim o regime vigente.

CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE – POR

A experiência da luta armada foquista no Brasil

PARTE II E III

Estudo coletivo dos documentos políticos das organizações de esquerda foquista das décadas de 1960-1970 – As Cisões do Estalinismo

Parte II: Cisões no PC do B

Neste artigo iremos dar continuidade às cisões ocorridas no interior do PC do B. O curso tratou, nesta parte, do Partido Comunista Revolucionário (PCR) e do Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B-AV). Tomamos como base os seguintes documentos: *Carta de 12 Pontos aos Comunistas Universitários (PCR-1966)* e *Crítica ao Oportunismo e ao Subjetivismo da “União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonista” (PC do B-AV-1967)*. O PCR defendia em seus documentos políticos que a revolução brasileira deveria ter como início a região Nordeste do Brasil. Justificava como sendo a região onde se manifesta com maior profundidade “a contradição entre o imperialismo e o nosso povo”.

Defendia, ainda, que a aliança operário-camponesa ocorreria pelo deslocamento dos elementos mais avançados da cidade para o campo. Explicando que o campo é mais importante que a cidade pela dificuldade de penetração da repressão.

Mas não deixa de enfatizar, novamente, a guerra popular como tática revolucionária. Isto é, a formação de focos armados no campo como forma de promover a revolução nacional.

Por último, defende a aliança com a burguesia nacional autêntica. Isto é, mantém a ilusão de que é possível fazer aliança com um setor progressista da burguesia. Está aí, com todas as letras, a continuidade da influência do estalinismo. Desta forma, o PCR, por sua caracterização equivocada da conjuntura e das classes, teve atuação curta. Sendo dizimado pela repressão.

As discussões em torno dos documentos políticos do **PC do B-AV** caminharam para as mesmas conclusões. O documento inicia com uma caracterização das classes sociais, contrarrevolucionárias e revolucionárias. Coloca que a contradição

principal está entre o neocolonialismo e seu suporte social interno (burguesia nacional e integrada) em antagonismo com a grande maioria da nação. Sendo assim, os latifundiários, a burguesia exportadora-importadora, a burguesia financeira e a burguesia integrada seriam as classes da contrarrevolução; enquanto o proletariado, os camponeses pobres, a pequena burguesia e os semiproletários seriam as classes no campo da revolução.

No entanto, enfatiza que, nesta etapa, a burguesia não integrada constitui uma força revolucionária. Porém, justifica que esta aliança de classes estranhas deve ter a hegemonia do proletariado, mesmo que com limitações programáticas.

Incorpora, ainda, influência do PCB stalinista ao defender o etapismo: a luta por um regime democrático, ou seja, a democracia popular.

Concebe a tática da luta armada, isto é, guerra insurrecional e a guerra popular como uma etapa superior da tática foquista. Colocando como prioritária a guerra popular: pequenas ações armadas para envolver todo o povo, levante dos camponeses, cisão no exército e foco revolucionário.

Novamente a tática errada, fruto da análise equivocada da conjuntura e das classes revolucionárias. Na verdade, despreza-se o programa revolucionário ao se desconsiderar a importância do proletariado como força motriz da revolução. Fato que a história já havia mostrado inúmeras vezes. No entanto, não podemos desconsiderar a influência marcante da Revolução Chinesa nos caminhos da revolução brasileira deste período.

Parte III: Cisões no PCB

Inicialmente foi feita uma síntese geral sobre as discussões e conclusões da segunda parte do curso para então darmos prosseguimento.

Nesta parte continuaremos as cisões ocorridas no interior do PCB. Ou seja, o surgimento do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), tendo como base o documento político *Linha Política (1968)* e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), tendo como base os

documentos políticos da 3ª Conferência: *“Linha Política” (1969)*; *“Orientação para a Prática” (1971)*.

O PCBR, cuja liderança era o jornalista e intelectual Mário Alves, é fruto do questionamento sobre a caracterização feita pelo PCB sobre a derrota para o militares 64. Este caracterizava que foram os desvios esquerdistas de suas frações que permitiram o golpe.

Os documentos políticos deste grupo revelam semelhantes análises sobre a conjuntura nacional e as classes sociais que deveriam compor o quadro revolucionário. Diferentemente da concepção difundida pelo PCB de que a estrutura econômica do Brasil é semi-feudal ou feudal. O PCBR avança ao caracterizar a estrutura econômica brasileira como capitalista e que este não poderia ser considerado como plenamente desenvolvido. Conclui afirmando que a burguesia, neste sentido, não exerceu nem pode exercer a missão revolucionária desempenhada por essa classe em outros países.

Mantém a defesa de que a revolução brasileira deverá passar por uma Revolução Popular antiimperialista e antilatifundiária. Cuja direção seria o proletariado, apoiado nos camponeses e em outras forças populares. Porém, mesmo argumentando que esta deverá seguir o caminho socialista de desenvolvimento e se converter em Revolução Socialista, deixa claro que o Governo Popular Revolucionário será de transição. A estratégia não está de acordo com a caracterização capitalista de país.

A tática empregada seria da luta armada, a guerra de guerrilha. Onde a violência revolucionária seria desenvolvida a partir da formação de um exército revolucionário em convergência com a luta das massas. Ou seja, a luta de massas estaria subordinada à formação e vitória do exército revolucionário. Aponta, ainda, que a guerra popular no Brasil, em seu início, deve ter como cenário principal o campo. Conclui afirmando que não é possível esperar o surgimento de uma situação revolucionária em todo o país para, somente então, desfechar a insurreição armada. Por isso, a importância

da guerrilha, convertida, desta forma em foquismo.

Há dois grupos que se denominavam de **MR-8**. O primeiro foi fruto da cisão ocorrida na regional do Rio de Janeiro (DI-RJ), mas desaparece já em 1969. O segundo MR-8 surge da dissidência ocorrida na regional da Guanabara (DI-GB), que até 1969 atua com esta denominação. Ambos rompem com a linha do PCB em 1966.

A DI-GB tem importante influência no meio universitário da Guanabara e seu rompimento se deveu à discordância nas orientações do PCB para as eleições legislativas de 1966. Enquanto o C.C. defendia a participação nas eleições, a DI-GB defendia o voto nulo.

Em 1967, na I Conferência, constituiu-se como organização e formula sua linha política e um texto sobre a luta armada. Em 1968 já possui um perfil próprio e tem importante participação nas lutas estudantis do Maio de 68. Em 1969 assume-se como MR-8 como forma de confundir e desmoralizar a repressão que anunciara

Duas cisões no PCdoB – PCR e Ala Vermelha

No Massas 384, concluímos o estudo do surgimento do PCdoB e a posição adotada diante do quadro da luta armada que constituiu a grande maioria das correntes do período de 60 a 70. Avaliamos a “Guerrilha do Araguaia” e demonstramos que o PCdoB adentrou ao foquismo, embora em tese o tenha criticado. Demonstramos que nas formulações da VI Conferência (junho de 1966) está expressa a rejeição do marxismo sobre as leis da revolução socialista, compreendida e aplicada pelo bolchevismo, sob a liderança de Lênin.

Os dirigentes do PCdoB – antigos quadros do PCB – se aproximaram do maoísmo como representante fiel do estalinismo e se afastaram do PCUS por considerá-lo revisionista. No documento da Conferência, adota a noção de “guerra popular” como principal método, subordinando a ele a “greve política” e a “insurreição”, de forma que o camponês passa a ser a força motriz da revolução e a luta proletária urbana está condicionada à luta no campo, que assumirá a forma de guerrilha. Os estalinistas se mostram antimarxistas e antileninistas.

Não por acaso, depois do desastre da luta foquista no Araguaia, o PCdoB foi

semanas antes a destruição do outro MR-8 (DI-RJ).

Em seus documentos assinala a luta contra o imperialismo e a burguesia local, a partir na unidade entre o proletariado e as outras forças, classes e setores sociais explorados. Assinala, ainda, que o caráter da revolução brasileira deve ser socialista, com hegemonia da classe operária sobre seus instrumentos de força: o exército revolucionário, as forças militares auxiliares, as milícias populares e a polícia. Mas para se chegar à revolução socialista deverá passar por um regime de transição, configurando assim o etapismo estalinista.

Evidencia a importância da formação de um Exército Revolucionário dirigido pela vanguarda do proletariado. Sendo assim, despreza a organização permanente das massas e reforça a luta armada como método de luta contra a ditadura.

Em ambos os documentos há a negação do método revolucionário bolchevique ao substituir a luta insurrecional das

se adaptando cada vez mais à legalidade burguesa, hoje se mostra inclusive corrompido pelo dinheiro do Estado e corrompe as organizações sindicais que dirige, submetendo-as ao governo burguês de Lula. A divergência sobre a “revolução pacífica” com o PCB se mostrou sem substância programática. O estalinismo já havia demonstrado em sua história que pode ir do pacifismo burguês ao ultraesquerdismo pequeno-burguês.

Stálin e sua camarilha destruíram o Partido Comunista Russo, ou seja, o bolchevismo, e seus seguidores no mundo todo jogaram igualmente um papel contra-revolucionário, auxiliando a burguesia a sustentar o capitalismo putrefato. Não se pode desvincular o que se passou com o PCdoB de suas raízes estalinistas. A aventura do foquismo no Araguaia destruiu seus melhores quadros. Em nome de uma guerra popular a ser iniciada com a guerrilha no campo, a direção do partido permitiu que a ditadura trucidasse a militância e pudesse impor total silêncio durante anos sobre os assassinatos.

Depois disso, João Amazonas e seus companheiros foram incapazes de reconhecer a raiz antimarxista dos erros

massas pela luta armada. Deixa evidente que não são as massas que devem organizar-se a partir de seus próprios problemas, mas que uma vanguarda armada seria a solução destes. Desta forma substitui a Revolução Proletária pela Revolução Popular.

Fica claro que ambas as organizações, oriundas do PCB, não se desvincilharam dos equívocos praticados pelo PCB desde sua fundação. Apesar de haver alguns avanços em suas análises, enveredam pela tática da luta armada e desprezam a importância da organização das massas.

Próximo Curso

Na quarta parte do curso iremos abordar a última cisão ocorrida no PCB, a Aliança Libertadora Nacional (ALN). Como também faremos uma comparação geral entre os programas, métodos e estratégias das organizações estudadas até este momento.

cometidos. Acobertaram a verdade com balanços falsos. Nem mesmo a memória dos seus mortos é conservada. A incrustação do partido no Estado, sob o governo de Lula, obrigou homens como o deputado Aldo Rebelo a se aproximar dos militares, ao ponto de ter sido cogitado para o ministério da Defesa.

A trajetória pró-capitalista do PCdoB atual está mais do que clara. Voltemos ao período em questão. A decisão do PCdoB de se voltar para o maoísmo e de caminhar para a luta armada não foi internamente pacífica. Despertou divergências e estas resultaram em duas divisões: a do Partido Comunista Revolucionário e a do PCdoB-Ala Vermelha, ambas de 1966.

Notamos que as divergências não se deram no terreno programático-estratégico, mas no de caracterização e da tática. Nenhuma dessas organizações teve a importância do PCdoB e não se destacou na luta armada como outros agrupamentos. Mas as cisões ajudam a compreender a confusão nas fileiras do estalinismo diante de sua virada para o foquismo.

PCR – por onde começar a guerra popular

Jacob Gorender explica a constitui-

ção da fração que formou o PCR devido à demora do PCdoB em se lançar à luta armada. Considera que a Conferência de junho de 1966 indicava “justaposição de táticas diametralmente opostas.” Ou seja, a de trabalho legal e de movimento de massa com a de “guerra popular prolongada”. E que só em 1969 é que o “dualismo tático-estratégico foi rompido pela Resolução do Comitê Central”, “intitulada Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil.” Nesse momento, a direção do partido caminhava para a organização da guerrilha no Araguaia.

O autor do “Combate nas Trevas” avalia que o PCdoB, diferente de outras organizações da luta armada, não se precipitou. Conclui: “Justamente esta opção dilatória dará lugar a duas cisões”. Refere-se também ao surgimento da Ala Vermelha. A crise interna no PCdoB comparece como questão de tempo e de precaução de sua direção.

Se a ânsia de parte da militância de lançar o partido na ação armada, que já vinha se desenvolvendo no meio urbano, teve alguma importância, não demonstra ser fundamental. Então haveria divergência de fundo? Gorender responde: “Do ponto de vista de concepção geral, o novo partido não se diferencia da matriz. Adota a estratégia de guerra popular, fala em cerco das cidades pelo campo e assim por diante.”

Mas se observarmos com a devida atenção, não encontraremos divergências de fundo programático entre as frações do estalinismo com sua matriz, o PCB, incluindo a organização PCBR, a qual Gorender pertenceu. A raiz estalinista está em todas. Ou seja, a concepção geral é a da revolução democrático burguesa para o Brasil, seja ele considerado semifeudal como no passado do PCB ou capitalismo atrasado na caracterização surgida na década de 60 com as novas organizações.

Certamente, cada nova fração do estalinismo dará sua versão à revolução democrático-burguesa – a mais *sui generis* é a do PCBR com a fórmula de revolução popular e governo popular revolucionário de transição para a ditadura do proletariado. O PCdoB concebe um governo democrático-popular para uma revolução antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária. O importante, portanto, não é questão da “concepção geral”, em torno da qual se tem falseado na essên-

cia o balanço das cisões e da luta armada. Sabemos que o maoísmo e o guevarismo em que se dividiram as correntes levaram ao denominador comum do foquismo no Brasil. No entanto, a guerrilha que impulsionou a revolução proletária na China não é a mesma da experiência artificialmente provocada por Che Guevara na Bolívia, bem como esta nada tem a ver com a guerrilha que possibilitou a revolução social em Cuba.

O fato é que todas as correntes desembocaram no foquismo. Não puderam diferenciar à luz do programa marxista a guerrilha do foquismo. As diferenças partiam de um programa antimarxista, que pressupunha a revolução democrática desvinculada da revolução proletária e tinha o campesinato como força motriz da revolução. Assim, as tentativas de diferenciações não ultrapassaram definições técnicas, destituídas de base histórica e programática.

A confusão tomou conta das fileiras do estalinismo e não foi melhor nas correntes que se opuseram pela esquerda ao PCB. A explicação de que apareceram duas cisões no PCdoB em virtude do cuidado de sua direção em não precipitar a luta armada obscurece o fenômeno do foquismo. O PCR constituirá uma fração estalinista pela direita, apregoando posições partidárias provincianas, de fundo nacionalista e antiinternacionalista.

A ruptura provocada pelas denúncias no XX Congresso do PCUS sobre os crimes de Stálin trouxe à tona a questão do vínculo internacional do PCB. Nesse momento, porém, não havia sequer a III Internacional burocratizada. Os PCs respondiam internacionalmente aos mandos do PCUS. A conquista do bolchevismo e da Revolução Russa de constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista pela Internacional, centralista-democrático, foi liquidada pelo estalinismo e substituída pelo PCUS.

O PCdoB logo encontrou um sucedâneo – o PCCh. Mudou de amo sob a justificativa de que Mao Tsé Tung era herdeiro de Stálin; e a Revolução Chinesa, a nova fonte da revolução libertadora nos países atrasados e camponeses. Os estalinistas ortodoxos apenas deslocavam seu internacionalismo burocrático, uma máscara para seu nacionalismo.

A fração que formaria o PCR atacou a subordinação da direção do PCdoB ao

PCCh. Na sua publicação “Luta Ideológica”, denunciou, com o texto “PC do Brasil, grupelho contra-revolucionário que vive da revolução”, que o partido sobrevivia à custa do dinheiro chinês.

Daniel Aarão Reis Filho constata que a crítica à subordinação não se circunscreve ao PCR. Eis: “A Corrente e as Dissidências do PCB não fugiram à regra. Crítica a submissão do PCB à URSS, celebração e modelos referências alternativos: Cuba e China, sem esquecer o legado leninista, onipresente em todas as correntes.”

Nessa passagem temos o problema e a grande confusão. Em nome do leninismo, mantém-se o estalinismo, critica-se o domínio do PCUS e debanda-se mecanicamente para o PC cubano ou PC chinês. O princípio do Internacionalismo marxista nada tem a ver com qualquer tipo de subserviência a qualquer outro partido. A III Internacional era regida pelo centralismo democrático até que Stálin domina o PCUS e usa o poder do Estado Operário para destruir programática e organizativamente o Partido Mundial, constituído de seções no mundo todo.

O PCR tinha razão em denunciar o financiamento do PCCh ao PCdoB como forma de subordinação, mas o fez sem poder levantar a bandeira do internacionalismo, que só poderia ser o da IV Internacional. Está aí por que Daniel Aarão constata que o PCR denunciou o “reboquismo” do PCdoB, mas adotou as posições do maoísmo. Contudo, não diz o porquê.

Outro aspecto da divergência refere-se à caracterização do país no sentido de saber em que região deveria começar a guerrilha e a revolução. Para o PCR, o Nordeste era estratégico. Tudo indica que se discutia internamente a localização da guerrilha e que a direção escolhera o Pará, na área florestal do Rio Araguaia, no Norte.

Não nos parece fortuita ou uma idiosincrasia do PCR a formulação da guerra prolongada a começar pela Zona da Mata, onde havia tradição de luta e resistência camponesa. Era, possivelmente, parte das divergências da fração dissidente com a direção do PCdoB. Todos eram maoístas, mas a ala fundadora do PCR discordava da aproximação aparelhista com o PCCh e com a falta de decisão sobre o lugar estratégico do Nordeste para materializar o que entendiam por guerra popular pro-

longada.

Em maio de 1966, configura-se a definitiva divisão, com o PCR lançando a “Carta de 12 Pontos aos Comunistas Universitários”. O documento abre com a tese de que a “contradição fundamental que se manifesta em nossa pátria é aquela entre o imperialismo estadunidense e nosso povo.” Dela decorre a caracterização de região estratégica. O Nordeste expressaria de forma mais acabada a contradição fundamental entre imperialismo e povo. Isso porque “tem sido fonte de matéria-prima e produtos agrícolas para o Sul do país e para o exterior.” Por outro lado, as massas nordestinas consomem as manufaturas produzidas no Sul, região econômica em que se concentra o grande capital nacional e imperialista. Além de ser explorado pelo Sul, o Nordeste é dominado pela oligarquia latifundiária. Fatores esses que entravam a sua industrialização.

De posse de tais considerações, o PCR conclui mecanicamente que ali se concentra as contradições que eclodirão na forma de luta armada. Caberia ao partido deslocar sua militância para o Nordeste e forjar a guerra de guerrilha. Agrega a essa condição estratégica, a avaliação tática sobre as vantagens do campo sobre a cidade para enfrentar o aparato militar do Estado.

O PCR coloca abertamente a concepção da revolução por etapas. A contradição fundamental não está entre o proletariado e a burguesia, mas na relação do imperialismo com o povo, uma categoria abrangente que incorpora a burguesia nacional ou alguns de seus setores. A luta de classe nacional e internacional é colocada em posição subalterna. Duas alianças são necessárias para derrotar o imperialismo norte-americano e seus aliados internos: a operária e camponesa e do proletariado com a burguesia “autenticamente nacional”. Essa última se concretizaria sob a forma de frente única.

A deformação da aliança operária e camponesa se verifica ao concebê-la como resultado do deslocamento de militantes operários, intelectuais e estudantes para organizar a guerrilha no campo. E a aliança com a burguesia “autenticamente nacional” reproduz a velha posição estalinista da revolução democrática e da tática de frente popular. O PCR vai ao absurdo de colocar que a “formação

das forças armadas populares através do desenvolvimento da guerra popular” criará as condições para a “frente única”. Assim, a guerrilha rural levará à aliança operária e camponesa, que por sua vez viabilizará a guerra popular com o imperialismo e atrairá a burguesia “autenticamente nacional” para uma “frente única” (na verdade, frente popular).

Trata-se de um esquema mental criado como particularidade do Brasil frente aos êxitos da revolução cubana e chinesa e da guerrilha de libertação nacional que se processava em países africanos e no Vietnã. A crítica aos “revisionistas” que abandonaram a posição de que só a classe operária pode liderar o movimento revolucionário perde completamente o sentido no emaranhado de erros. O PCR se jogou no foquismo munido dessas idéias.

Ala Vermelha – por onde se constituirá o partido

Quase que concomitantemente à ruptura da fração que constituiu o PCR, em 1966, eclodiu a fração da Ala Vermelha. Com sua expulsão, formaram uma nova organização. Conservou-se o nome PCdoB, acrescido de Ala Vermelha, em distinção à posição majoritária considerada revisionista, que seria a Ala Branca, portanto incapaz de levar adiante as razões que impulsionaram a militância a romper com o velho partidão.

É sintomático o fato do núcleo da dissidência ser constituído por militantes do PCdoB enviados para treinamento de guerrilha na China. Jacob Gorender considera que a fração oposicionista da Ala rompeu com o PCdoB pela mesma razão do PCR – crítica a inação do partido. Ironicamente, refere-se à Ala como aqueles que tinham em mente a “questão da hora marcada da revolução”. Em seguida, o autor de “Combate nas Trevas” vincula a “teoria do foco” com a “luta armada imediata”. Conclui: “A teoria do foco põe à mão a receita aparentemente viável para quem tem pressa de entrar em ação.” Estabelecida essa crítica, vem a seguir uma segunda: “O documento da Ala Vermelha se singulariza pela conciliação entre a guerra popular e o foquismo.”

Podemos concluir, então, que a Ala expressou a influência do maoísmo e guevarismo. É bem provável que tal sincretismo se manifestou no interior do

estalinismo ortodoxo, provocando em suas fileiras tremenda confusão. A luta armada da Ala foi motivada pela clara definição de foco armado. Os seus formuladores foram direto ao ponto, como constatamos na seguinte passagem: “A eclosão da luta armada necessita da existência de uma força armada regular no campo, clandestina, que possa iniciar o choque aberto com o inimigo”.

O mérito da Ala foi expor com clareza o foquismo armado, que outras organizações, como o PCdoB e PCBR, encobriram com a teoria da guerra popular prolongada e guerra de guerrilha. Era visível que não havia nada que indicasse a tendência dos camponeses ou dos operários em transformar seus choques com a classe capitalista e seu Estado em levante armado. Ao contrário, a ditadura militar triunfou sem resistência das massas, a não ser de uma parcela estudantil e de algumas fábricas em São Paulo (Osasco) e Minas Gerais (Contagem) que não recuaram. Mas logo a ditadura aproveitou o seu isolamento e os golpeou.

Lançar-se à “guerra popular prolongada” ou à “guerra de guerrilha” era lançar-se ao foco armado. Foi o que demonstramos com a luta armada mais bem preparada pelo PCdoB no Araguaia. Tanto o PCdoB quanto o PCBR rechaçaram o foquismo, sem se dar conta de que nele mergulhavam. Não fizeram amálgama com a elucubração mental, mas foram incoerentes na relação entre a teoria e a prática.

É verdade que a Ala Vermelha elucubrou sobre a “guerra popular”, mas a sua prática foi coerente com a teoria do foco. Esse é o pano de fundo que explica a oposição do grupo de brasileiros do PCdoB que chegava da China frente a VI Conferência e sua consequente expulsão.

As diversas maneiras como poderia ocorrer “a criação do foco revolucionário”, apresentadas pela Ala Vermelha no documento de 1967 (“Crítica ao Oportunismo e ao Subjetivismo da União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”), se verificou na ação concreta do PCdoB com sua guerrilha no Araguaia.

Os dissidentes da VI Conferência achavam que tinham em mãos uma orientação marxista, em que havia coerência entre a estratégia e a tática, alcançada pela aplicação do materialismo dia-

lético. Segundo a Ala Vermelha, o PCdoB pecava por subjetivismo. A VI Conferência não havia identificado “a contradição principal da sociedade brasileira” entre “o neocolonialismo e seu suporte social interno, de um lado, e a grande maioria da nação, do outro”. Assim, o PCdoB não aprovava uma orientação programática e uma estratégia que expressasse uma tática justa. A tática era a do foco guerrilheiro, ponto de partida para a “guerra popular”.

Lembremos que o PCdoB considerava como principal contradição a que existia entre o “povo e o governo” e entre “a esmagadora maioria da nação e o imperialismo estadunidense.” O que não dista muito do entendimento da Ala sobre a contradição principal.

O PCdoB considerava a possibilidade de um amplo movimento de massa, no qual setores da burguesia “patriótica” se incluíam, assim estavam colocadas “várias formas de luta”. Esperava-se combinar a ação direta com a guerrilha, o que obrigava o trabalho aberto e clandestino. A Ala não se opunha a essa formulação,

também admitia a combinação. Restou, portanto, a divergência sobre como a “guerra popular” poderia ser materializada. Ou seja, como seria desencadeada a luta armada.

Os ideólogos da Ala reconheciam duas possibilidades: 1. “no auge do movimento de massas, como resultado de um levante armado camponês, através da cisão no exército inimigo”; 2. “ou através de um foco revolucionário.”

O primeiro caso estava descartado na situação do país. Restava o “foco revolucionário”, preparado clandestinamente e que, uma vez desencadeado, contaria com apoio das massas camponesas e, em seguida, das urbanas. A guerrilha urbana, portanto, seria consequência da guerrilha rural, iniciada como foco revolucionário, e do movimento de massa.

Por essa via, estariam criadas as condições para implantar um “governo de transição para a ditadura do proletariado e para a etapa socialista”. A Ala Vermelha mantém com clareza as teses do estalinismo da revolução por etapa. A noção de governo de transição esconde o caráter

burguês democrático – a ditadura do proletariado é um enfeite. Nesse aspecto também não se diferencia do governo do povo e do regime democrático e progressista do PCdoB.

O fundamental a compreender na cisão é que nas entranhas do estalinismo ortodoxo fermentou o foquismo – expressão do desespero pequeno burguês. A Ala Vermelha encarnou com total franqueza. Em sua exposição, reconheceu corretamente que não havia possibilidade de uma guerrilha constituída no seio das massas camponesas e operárias. Restava então ao PCdoB partir para o foco armado. Como não era esta a orientação expressa do documento da VI Conferência, embora o foquismo ali estivesse contido, os dissidentes o caracterizaram de oportunista e subjetivo. Se a Ala atentasse para a negação do PCdoB do método da insurreição proletária e a adoção da possibilidade da luta armada começar por “pequenos destacamentos de combatentes” e conquistar “apoio das massas”, veria que a divergência não era de essência.

Nesta edição:

- Os resultados das eleições do 6 de dezembro do 2009 e a perspectiva revolucionária
- A burguesia não pode deter a máquina capitalista de destruir a natureza e o homem
- Irã tem direito de domínio e controle da energia nuclear

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



Os resultados das eleições do 6 de dezembro do 2009 e a perspectiva revolucionária

A posição contra-revolucionária do MAS aflora nitidamente nas primeiras declarações de Evo Morales ante seu triunfo: “é possível mudar a Bolívia através do voto”. Isso constitui todo um programa. Anuncia que acelerará as mudanças, ou seja que buscará distrair as massas com as mudanças legais que implicam o funcionamento da nova Constituição. Complementa a ideia reforçando sua mentira, dizendo que levaria a discussão para a ALBA de pôr em marcha o socialismo e que este seria “democrático” (na reunião do ALBA nem se tocou no assunto.)

A oposição burguesa, com todo o poder de suas organizações e meios de comunicação, fracassou estrepitosamente. Seus planos desenvolvidos para debilitar ao MAS nesses quatro anos de governo finalmente acabaram na latrina e em seus próprios narizes. Fra-

cassaram pelo repúdio das massas, por não estarem moralmente qualificados ante um governo mitificado, que se faz passar por esquerdista, vingador histórico e outras enrolações. Assim, cada ataque dado contra governo só conseguiu fortalecê-lo ainda mais e agora dar-lhe um novo triunfo eleitoral ressonante. Enquanto esta oposição patinar, o governo tirará vantagem, sem dúvida, dos seus espasmos finais. A burguesia tem neste momento o MAS e Evo Morales como os melhores defensores e guardiães de seus interesses gerais frente às massas.

Começa uma época difícil para o governo, porque as massas não esperarão mais para que o governo atenda a suas reivindicações. Anteriormente, o governo do MAS não conseguiu atender, mas as foi distraíndo com paliativos. Agora as massas não terão

uma visão indulgente do governo, anteriormente acreditavam que o MAS não pôde governar porque a oposição não o deixava trabalhar direito. Essa desculpa agora não funciona, deixando o MAS sem esse pretexto.

Uma das causas da grande votação recebida pelo MAS foi que setores iludidos com a presença da direita tenderam a se unificar em torno do MAS, superlativizando a importância e o perigo da oposição, com mais intensidade ainda frente a certos sinais produzidos ultimamente em Santa Cruz e em outras partes onde se avivaram a confrontação e perseguição às expressões políticas massistas que só avivaram a idéia de que havia perigo encarnado na direita radical, na oligarquia oriental e em seus grupos de choque.

Os opositores burgueses recalcitrantes, caso do prefeito de Trinidad, Moisés Chirique, por exemplo, que negam a vitória de Evo Morales, que asseguram terem ganhado de novo na “Meia Lua”, que somos dois países, diferentes em termos étnicos, culturais etc. estão condenados a se reduzir a uma mínima expressão.

A oposição tenderá a se debilitar mais e mais pela diminuição de sua influência e com um menor número de cargos para repartir.

A estratégia opositora de direita agora é ir ao assalto de governos e prefeituras, onde esperam poder cavar uma trincheira.

Se abre um período em que as ilusões das massas se chocarão com a política pró-burguesa do governo masista, que fatalmente

terá de se fazer respeitar os limites constitucionais de proteção à ordem burguesa.

Para os revolucionários, a tarefa fundamental consiste em ajudar as massas a superar o mais rápido possível suas ilusões na figura de Evo e na ficção de que o governo do MAS pode transformar o país democraticamente e sem as dores de parto.

É imprescindível que a política revolucionária da classe operária, encarnada em seu partido, o POR, se converta novamente no eixo da luta e das ações do conjunto das massas exploradas. De outro modo, como a experiência mostra, o descontentamento popular acaba frustrando-se pela ausência da perspectiva revolucionária.

Isto só é possível se se combate a partir da esquerda e sem concessões ao governo impostor, mostrando aos oprimidos que a incapacidade do governo para atender suas necessidades urgentes e as do país é consequência da devoção sagrada que professa à propriedade privada sobre os meios de produção em todas suas formas e dimensões; que o único caminho possível para tirar o país do atraso, liberá-lo da opressão imperialista e sair da condição de miséria das maiores nacionais é o da imposição, pela via insurrecional, da revolução liderada pela classe operária para instaurar a nova sociedade assentada na propriedade social dos meios de produção.

(Extraído do *Masas* boliviano número 2155, de 18/12/2009)

A burguesia não pode deter a máquina capitalista de destruir a natureza e o homem

Planejou-se e executou-se gigantesca campanha mundial em torno da Conferência de Copenhague, realizada entre 7 e 18 de dezembro. Participaram 192 chefes de Estado, centenas de empresários, representantes parlamentares e milhares de ONGs. Armou-se uma estrutura monumental para os conferencistas e a audiência. A Conferência se tornou o acontecimento mundial do novo século. O aparato publicitário, com seus articulistas, comentaristas, ensaístas e analistas, concentrou-se na propaganda de que as poderosas nações (com os Estados Unidos à frente) haviam chegado à conclusão de que o desequilíbrio climático é grave e que um acordo era possível, apesar das imensas diferenças de interesses econômicos.

O Brasil procurou ser um arauto das metas apresentando antecipadamente as suas. Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente, exalou otimismo: “Depois de termos participado direta e ativamente de várias rodadas de negociações, apostamos que o pessimismo de alguns e a indiferença de outros serão superados em dezembro. Antes do encontro, algumas nações, tanto desenvolvidas quanto em desenvolvimento, demonstraram ter evoluído no processo de negociação, inclusive anunciando propostas com números de redução de CO₂. O quadro contribui para afastar o fantasma do fracasso e nos traz esperança de que teremos bons resultados para a humanidade.”

A ideia do ministro de Lula era de que se tornou possível superar o “embate entre desenvolvimento e meio ambiente” e que um “consenso sobre a urgência do desenvolvimento com a preservação ambiental” se mostrou viável. (Le Monde Diplomatique Brasil, dezembro, nº 29) Mas nem bem começou o convésco de Copenhague, evidenciou-se o fracasso. A cada dia o pessimismo crescia nos noticiários e nas declarações de ONGs, preservacionistas etc. Sobravam as cenas de violência policial contra os manifestantes ecoló-

gicos da classe média, que almejaram participação e um acordo que lhes servisse de bandeiras positivas.

A constatação científica e os prognósticos sobre o aquecimento global já são admitidos pelos Estados. Às vistas, manifestam-se o degelo do Ártico, a elevação da temperatura do mar, a desertificação de regiões, a savanização, o aumento sintomáticos de hecatombes naturais etc. A posição contrária às constatações de que a emissão crescente de CO₂ é responsável pelo aquecimento e pelos desequilíbrios do meio ambiente não tem voz. São as petroleiras. Logo se evidenciam seus interesses nos combustíveis fósseis, fontes de energia “não renováveis”. No entanto, foi a voz que comandou as divergências, as manobras, os discursos hipócritas de desenvolvimento com proteção ambiental e enfim o fracasso da COP-15. Certamente, a voz que ficou nos bastidores e que decidiu pelas ações de um punhado de governos que mandam no mundo.

Os Estados Unidos foram contra o protocolo de Kyoto em 1997 e não o assinaram. A Rússia viu que não ia dar em nada e então mais tarde aderiu. A China o assinou nas primeiras horas porque não ia lhe custar alguma coisa. Os europeus puderam comparecer como compreensíveis e apreensíveis frente ao destino da terra e da humanidade. Kyoto assim foi para o brejo. A esperança de um novo acordo foi depositada em Copenhague.

O limite de suportabilidade da Terra está fixado por estudos: a partir da Revolução Industrial, marco do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o planeta teve a temperatura elevada em 0,7 graus Celsius, sua capacidade de assimilação é de 2 graus. Pelo ritmo atual das emissões de monóxido de carbono, em duas décadas o limite será alcançado. Se esses dados forem corretos, a produção e consumo promovidos pelo sistema capitalista abrirão uma etapa de convulsões naturais quantitativa e qualitativamente

superiores. As possibilidades são sombrias.

A 15ª Conferência Climática, portanto, tinha em suas mãos a tarefa de tomar medidas de alcance mundial para retardar o avanço do aquecimento da Terra. Dois pontos compareciam como cruciais: 1. Estabelecer metas de contenção de emissão; 2. Financiamento para se cumprir as metas. Nenhum acordo foi possível.

Às vésperas do fracasso anunciado, as potências, acrescidas da China, Brasil, Índia e África do Sul, se reuniram por cima da maioria dos países para produzir um documento. Para não ficar patente a falência total da Conferência, redigiram um texto genérico e retórico. No dia seguinte foi rejeitado pela plenária, sob protestos e acusações de que meia dúzia de países resolveu por conta própria dar sua versão aos trabalhos da COP-15. A emenda acabou por piorar a situação: a falência somatizou-se em melancolia.

Os Estados Unidos condicionaram qualquer acordo ao abandono do protocolo de Kyoto, que caracteriza as potências como maiores responsáveis pelo volume de emissões de CO₂ e livra os países em desenvolvimento de definir metas e de arcar com os custos da “mitigação”. Obama pleiteou que a China, Brasil, Índia etc – caracterizados como semipotências – assumissem parte do financiamento e que estivessem sujeitas à verificação do cumprimento de meta, o que significava permitir a intervenção do imperialismo.

Não foi problema abrir mão da isenção de meta. O Brasil fez campanha com seu exemplo de que todos levassem a Copenhague seus números. A China que se destacava como bode expiatório aceitou as pressões. Mas diante da exigência dos Estados Unidos de que se abrisse o país para averiguação e monitoramento, o governo chinês disse Não, em nome da soberania. Lula se vangloriou em nome da humanidade de dizer Sim ao imperialismo – aceitava arcar com os custos internos e ainda contribuir com um fundo internacional para financiar os países pobres, bem como ser fiscalizado externamente.

Com a bandeira de “acordo sólido” entre “as grandes economias” e “transparência total sobre sua implementação”, a administração Obama lançou suspeita sobre as negociações e os negociadores. Mais precisamente sobre a China, que insiste na tese de que as potências têm de assumir maior parte dos custos e não bloquear o desenvolvimento das economias atrasadas. Essa tese também foi defendida pelo Brasil em Kyoto e agora modificada.

Em meio à Conferência, o primeiro ministro da Dinamarca, Lars Rasmussen, vazou um documento indicando que as economias como China, Brasil, Índia etc. deveriam assumir as mesmas responsabilidades que as das potências, o protocolo de Kyoto deveria ser abandonado e os países “subdesenvolvidos” deveriam ter também metas de corte nas emissões. Ali estava o dedo dos Estados Unidos. Antecipava a posição de que não haveria acordo se as bases de Kyoto fossem mantidas.

Criou-se a ilusão de que Obama havia avançado a posição norte-americana, que fixou uma meta de 4% de redução da emissão de gases-estufa sobre a base da emissão contabilizada em 1990. Mas logo se verificou que a potência foi a Copenhague para impor suas condições aos países atrasados e jogar com a atenção mundial. No protocolo de Kyoto, que termina em 2012, provavelmente sem ser cumprido, as potências teriam de reduzir em 5%. Os Estados Unidos propõem-se a cortar 4% até 2020, quando os cientistas chegaram à necessidade de 25% a 40%. Como se vê, mesmo que se chegasse a um acordo de metas e financiamento, seria pífilo.

As explicações para o fracasso foram fúteis. Do tipo: a Confe-

rência com muitos participantes não funciona, faltou um acordo prévio entre as potências e os países em desenvolvimento, Estados Unidos e China não se entenderam, um envolvido com a crise e o outro cobrando responsabilidade histórica dos países ricos e os anfitriões da Dinamarca se mostraram incompetentes.

As lamentações dos ambientalistas e onguistas foram abundantes: o mundo já tem condições de substituir progressivamente as matrizes fósseis pelas renováveis, os gastos com a mitigação é uma ninharia para o PIB mundial, há condições para um financiamento robusto, é preciso mudar o modelo de desenvolvimento econômico, a tecnologia verde está disponível, falta vontade política e por aí vai. Certamente, não podem ir além de tais explicações e reclamos, pois pretendem que a burguesia e seus governos, tendo à frente as potências, resolvam ordenar a anarquia social da produção, disciplinar o nível e o tipo de consumo, abandonar a energia extraída do petróleo, carvão e urânio, brechar o desmatamento no ponto zero e gastar centenas de bilhões de dólares em mitigação e recuperação da natureza.

Não poderíamos deixar de lado os autodenominados ecosocialistas e defensores da “utopia concreta”, de Ernst Bloch, como Michael Löwy, que se inspira em James O’Connor. Querem que acreditemos em conceitos do tipo “mudança de paradigma civilizacional”. Mudança que resultaria do “processo de transformação radical das relações dos seres humanos entre si e a natureza”. Consideram-se socialistas porque o novo “paradigma civilizacional” e a “utopia concreta” se realizarão com uma nova sociedade baseada “na propriedade coletiva dos meios de produção”, que permitirá a “gestão racional das trocas de matérias com o meio ambiente, respeitando os ecossistemas.”

Löwy então inventa uma tese de rejeição da “neutralidade” das forças produtivas “que predominava na esquerda do século XX, em suas vertentes, socialdemocrata e comunista soviética.” Com essa formulação, de uma penada Löwy rechaça a revolução proletária, sem dizê-lo francamente. Os intelectuais da pequena burguesia querem a “propriedade coletiva” e o “planejamento democrático” sem que haja a tomada do poder pelo proletariado e destituição revolucionária da burguesia. Inventam um marxismo distinto do leninismo-trotskyismo. Os impostores sabem onde está o problema e procuram desviar a atenção dele.

O capitalismo impulsionou as forças produtivas segundo as necessidades do desenvolvimento da propriedade privada e da acumulação de capital. Essa relação deve ser destruída e substituída pela relação de produção e distribuição comunistas. A mudança de relação com a natureza é consequência dessa transformação: as forças produtivas serão dirigidas para as necessidades da sociedade e não para a acumulação de capital.

A burguesia não tem como controlar sua máquina e adaptá-la segundo as demonstrações científicas de que o capitalismo está destruindo a natureza e o homem. É preciso que o proletariado assuma a tarefa histórica de destruir a sociedade de classe, de exploração do homem pelo homem e de saque da natureza. Não há outra via a não ser a da revolução proletária, como concebeu Marx/ Engels e demonstraram Lênin e Trotsky liderando a revolução na Rússia.

O que temos de resolver é a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, sem o qual a pobreza da maioria e a fome permanecerão. O atraso da maior parte das nações e o gigantesco desperdício de riqueza por uma minoria de potências continuarão vigentes. E o curso de destruição da natureza não poderá ser estancado.

Irã tem direito de domínio e controle da energia nuclear

O problema dos Estados Unidos e de Israel está em como criar as condições para destruir as usinas nucleares do Irã. George W. Bush não deixou de fazer ameaças. E o governo de Israel, volta e meia, alerta que a solução militar contra o programa nuclear do Irã é a saída possível. Pode-se dizer que se trata de propaganda para levar o governo iraniano a negociar um acordo. E se não se chega ao denominador apresentado pelas potências? As ameaças darão lugar à intervenção bélica.

Sob a administração de Mahmoud Ahmadinejad e o dirigismo do aiatolá Ali Khamenei, a probabilidade de capitulação é menor. Ocorre que o regime edificado pela Revolução Islâmica está profundamente dividido, como indicaram a última eleição presidencial e sua contestação nas ruas, com mortes e prisões. O imperialismo apóia a fração dita reformista e liberalizante encabeçada por Ali Hashemi Rafsanjani e Sayed Mohammad Khatami. Caso a crise interna desintegre a “República Islâmica” e dê força hegemônica aos liberalizantes, com a mudança de governo, a capitulação é certa.

Sobre a base de reivindicações democráticas – eleições limpas, direito às mulheres, liberdade de pensamento etc – a fração ocidentalizada dos aiatolás, intelectuais e setores econômicos aliados arrastam uma parcela da população para as ruas, principalmente estudantes e camadas liberais da classe média. Ao recorrer às manifestações, a fração burguesa opositora indica que a via eleitoral está fechada a mudanças pretendidas.

Obama apresentou como programa da nova gestão colocar a diplomacia à frente das armas, marca diferencial de seu governo em relação ao de Bush. Concretamente, negocia com a Rússia e China a diretriz norte-americana e inglesa de isolar o regime ortodoxo montado pelo líder Ruhollah Khomeini. Faz parte dessa estratégia a possibilidade da fração Rafsanjani sair vitoriosa no processo de desintegração do regime autocrático e da política nacionalista que o sustenta.

Para Israel, Obama perde tempo, quando deveria autorizar os sionistas a destruírem os reatores por meio de bombardeios aéreos. Mas para o novo chefe mundial não se pode precipitar uma ação nas condições em que a ocupação do Iraque não se resolveu e a guerra de ocupação do Afeganistão está em alta.

A avaliação de Bush era a de que o poderoso aparato militar dos Estados Unidos seria suficiente para esmagar o regime nacionalista de Saddam Hussein e em pouco tempo controlar o país. Se assim ocorresse, o Irã já estaria também sob intervenção. A heróica resistência dos iraquianos, porém, inviabilizou o plano militar mais amplo do imperialismo.

O objetivo de impedir que o Irã domine por completo o ciclo da energia nuclear, ganhe independência técnico-científica e possa vir a produzir a bomba atômica faz parte da estratégia geral de intervenção mundial dos Estados Unidos na situação de crise econômica. Várias frentes de conflito estão abertas: a questão armamentista com a Rússia, as divergências econômicas com a China, a militarização da América Latina, o confronto de Israel com os palestinos, a solução da guerra no Iraque e a resistência crescente dos Talebans no Afeganistão e Paquistão.

Essa amplitude de choques, todos envolvendo as tendências bélicas da crise estrutural do capitalismo, retardou a decisão de atacar e invadir o Irã. Obama não está com o poder de Bush, que mandou o Conselho de Segurança da ONU às favas e unilateralmente tomou a decisão militar, mesmo sabendo que era evidente a farsa das armas químicas montada para acusar Saddam Hussein de agente do terrorismo internacional. Os anos de guerra, a vigorosa resistência e a crise econômico-financeira dos Estados Unidos impuseram reparos na diretriz intervencionista do imperialismo ianque.

Também é evidente que o Irã não domina todo o processo para produzir a bomba nuclear. Mas basta o fato de se ter uma posição de independência do programa de energia nuclear para fins pacíficos que vem a proibição. É sintomático o que se passou com a visita do chefe de Estado do Irã ao Brasil. O governo Lula recebeu Ahmadinejad sob críticas do imperialismo e do sionismo judeu, apesar de ter declarado sua posição comum com a da “comunidade internacional” (as potências) de condenar o uso militar da energia

atômica. Mas ressaltou que o Irã tem direito a seu uso pacífico. O que Lula não poderia defender era o direito à independência científica e tecnológica do ciclo da energia nuclear. O Brasil tem um programa avançado para fins pacíficos, mas não tem independência. Está sob a vigilância e o controle da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que por sua vez está sob o controle dos Estados Unidos, França e Inglaterra. É falsa a idéia de que a AIEA paira livremente sobre o mundo, que tem vida e vontade próprias. Por meio da Agência, o imperialismo atua sobre todos os países que tenham a possibilidade de construir usinas e dominar a tecnologia nuclear.

O problema no Irã não começa pela bomba, mas pela independência de seu programa. O País é signatário da AIEA, mas ousou colocar limites à intervenção de seus fiscais e acenou com a independência nacionalista. Ahmadinejad afirma que o Irã persegue fins pacíficos. Ninguém provou o contrário. Além dos fiscais da AIEA terem acesso às dependências das Usinas, os Estados Unidos têm agentes da CIA por todo lado.

Mas o Irã poderá chegar à bomba? Poderá. Objetivamente se depara com a necessidade de ter esse temível armamento. No Oriente Médio, Israel possui o mais secreto programa nuclear. Os sionistas não tiveram de aderir à AIEA. Os Estados Unidos lhes dão cobertura. A acusação de que o Irã estaria propenso a ter a bomba para riscar Israel do mapa é um argumento absurdo e aterrorizante, cujo objetivo é o de apresentar uma justificativa catastrófica para impedir que os iranianos tenham o direito de ter a bomba nuclear, como a têm Israel, Estados Unidos, Índia etc.

Lula, num de seus arroubos demagógicos, usou a tribuna internacional para dizer que aqueles que detêm a bomba atômica não têm moral para exigir dos outros que não a tenham e que é preciso acabar com a bomba em toda parte. As potências não necessitam da moral porque dominam o mundo. Certamente, não seria a Índia, a China ou o Paquistão que se oporiam a eliminar suas bombas, mas sim os Estados Unidos, França e Inglaterra. O monopólio da energia nuclear é parte do domínio monopolista da economia mundial pelas potências. Está aí por que é um dever a defesa do direito do Irã dispor da energia nuclear como lhe aprouver. A eliminação da bomba atômica e de outros armamentos virá do fim da opressão de classe e do domínio de uma nação sobre as outras.

Obama anunciou que estava dando uma chance do Irã abrir um caminho de paz, negociando uma proposta que desse segurança à famosa “comunidade internacional.” Eis os termos do acordo traçado pelos Estados Unidos: “O acordo preliminar, fechado após três dias de negociações em Viena, prevê o envio de 75% das reservas de urânio de baixo enriquecimento do Irã para a Rússia (quase 1.200 quilos), no período de um ano, para que seja enriquecido e convertido em combustível para um reator usado para finalidades médicas em Teerã.” Israel bateu palmas. Medida desse tipo colocaria o Irã nas mãos dos Estados Unidos e de Israel, seu enclave no Oriente Médio. Teerã não aceitou. Que acordo pode ser feito que não estrangule o programa nuclear do Irã? Nenhum.

Obama e seus aliados na ONU planejam um novo bloqueio econômico ao Irã. Desta vez, avalia-se que surtirá efeito. Rússia e China tendem a dar curso a pressões da Casa Branca. O desmoronamento econômico do País daria forças à oposição pró-imperialista. Caso contrário, o caminho da guerra estará preparado.

Os trabalhadores e a juventude do mundo todo estão chamados a defender o direito do Irã desenvolver seu programa nuclear, incluindo o armamento nuclear. Ao mesmo tempo, lutar pelo desarmamento geral da burguesia, a começar pela bomba nuclear, de nitrogênio etc. Para isso, a classe operária precisa organizar-se internacionalmente em seu partido e se armar para tomar o poder da burguesia em cada país. Não se trata apenas dos armamentos mais letais, mas das guerras entre as nações. O programa da revolução socialista mundial fundamenta-se na necessidade da paz e da cooperação entre os povos para construir a sociedade sem classes. Mas antes o proletariado e demais oprimidos terão de enfrentar as armas da burguesia. O comunismo construirá um mundo sem opressão e sem armas.